

XXIX Encontro Anual da ANPOCS

25 a 29 de outubro de 2005

GT23 – SOCIOLOGIA ECONÔMICA

Autor: Maurício Sardá de Faria

Título: Autogestão, cooperativa, economia solidária:
mutações do trabalho e do capital?

Autogestão, cooperativa, economia solidária: mutações do trabalho e do capital?

*“As grades, porém, continuavam todas nos
lugares de sempre, parecidas com as grades
do seu próprio espírito.”*

M. Lowry. Lunar Caustic

Introdução

No final dos anos 80, podia-se contar nos dedos as experiências brasileiras de cooperativas de produção formadas a partir da reabertura de empresas em processo falimentar. Na história do movimento operário brasileiro, a preocupação com a gestão das unidades produtivas ou o controle do processo de trabalho fez-se presente mais no campo das idéias do que em tentativas concretas de gestão operária ou alternativas de produção sob o signo de classe. Assim sendo, pode-se dizer que as formas mais avançadas no Brasil de atuação operária nos locais de trabalho foram até então comissões ou comitês de fábrica, recorrentes durante todo o século XX.⁽¹⁾

Durante a década de 90, as experiências associativas ou cooperativadas no campo da produção, resultado da reabertura de empresas falidas sob o controle dos trabalhadores, alastraram-se por todas as regiões do país, projetando-se inicialmente como processos de luta alternativos para evitar os malogros do desemprego e manter os postos de trabalho nas empresas falidas. A despeito de algumas iniciativas mal sucedidas, essas experiências cresceram e multiplicaram-se, permitindo que alguns estudiosos falem atualmente na constituição de um sistema alternativo de produção ou, até mesmo, de um novo modo de produção baseado no cooperativismo e na solidariedade.⁽²⁾

Nesse curto espaço de tempo, a emergência dessas experiências dos trabalhadores na esfera econômica abrigou o surgimento de diversos campos teóricos e políticos, dando origem à múltiplas denominações, como economia social, popular, solidária, do trabalho, plural, socioeconomia etc.⁽³⁾ De forma geral, a expressão economia solidária abrange uma

¹ - PEDREIRA Filho, Valdemar dos Santos. **Comissões de fábrica**: um claro enigma. São Paulo: Entrelinhas/Cooperativa Cultural da UFRN, 1997.

² - SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fund. Perseu Abramo, 2002.

³ - Para uma percepção das distinções entre algumas dessas terminologias, ver: **Economia dos setores populares**: entre a realidade e a utopia. Gabriel Kraychete, Francisco Lara, Beratriz Costa (Organizadores). – Petrópolis, RJ: Vozes: Capina; Salvador: CESE: UCSAL, 2000. G. Trata-se da publicação das intervenções realizadas num Seminário cujo nome deu título à obra. Logo no início, Kraychete sugere uma expressão unificadora: “*Convém observar que, face à existência de diferentes denominações – economia popular, economia popular e solidária, socioeconomia solidária – convencionamos designar por economia dos setores populares as atividades que, diferentemente da empresa capitalista, possuem uma racionalidade econômica ancorada na geração de recursos (monetários ou não) destinados a prover e repor os meios de vida, e na utilização de recursos humanos próprios, agregando, portanto, unidades de trabalho e não de inversão de capital.*” (p.15). Já Corraggio visualiza a passagem de uma economia dos setores populares à um “*economia do trabalho*”, que “*seria um sistema que se desenvolveria a partir da economia dos setores populares, fortalecendo suas vinculações e capacidades, potencializando seus recursos, sua produtividade, sua qualidade, assumindo*

multiplicidade de práticas econômicas em campos diversos, desde iniciativas realizadas no âmbito da unidade familiar até grandes empresas, nos vários setores da economia e na esfera pública, na produção e no consumo. Essas práticas apresentam em alguma medida o desenvolvimento de relações mutualistas, cooperativistas ou de reciprocidade, que constituem e projetam o que Razeto Migliaro chama “racionalidade econômica distinta.”⁽⁴⁾

Porém, o foco central desse artigo recai sobre as cooperativas, associações de produção ou outras formas que assumem as empresas falidas assumidas pelos trabalhadores. Trata-se, ao nosso ver, de um cooperativismo de resistência - ao desemprego e à exclusão social - que se situa num campo muito próximo às chamadas “empresas recuperadas” na Argentina atualmente, surgidas a partir do agravamento da crise no ano 2000-2001.⁽⁵⁾ Essas experiências de um cooperativismo de novo tipo representam um diferencial relativamente à economia social na França, por exemplo, e constituem, nos termos Paul Singer, a “unidade típica” da economia solidária.⁽⁶⁾

Esse novo cooperativismo, distinto largamente do movimento cooperativista tradicional⁽⁷⁾, tem provocado o ressurgimento de temas e problemas que foram marcantes

novas tarefas, incorporando e autogerindo os recursos das políticas sociais de modo à fortalecer os laços sociais entre seus membros, seus segmentos, suas microrregiões” (p.94); Neste mesmo seminário, Paul Singer lança a expressão “economia autogestionária”, “pegando a palavra ‘autogestionária’ como síntese, é exatamente isso: igualdade e democracia; igualdade econômica relativa e democracia de decisão absoluta.” (p.149)

⁴ - Luis Razeto Migliaro foi possivelmente o primeiro a desenvolver o conceito de economia solidária na América Latina, a partir da sua experiência no Chile e no âmbito da ação social da Igreja. A economia de solidariedade abrange: “*Formas alternativas de empresas, organizações econômicas populares, modalidades cooperativas e solidárias de fazer frente aos problemas e necessidades econômicas, unidades autogestionárias, surgem e se desenvolvem, de fato, desde os setores populares e marginais das cidades e do campo. Em geral, todas aquelas experiências de economia popular, através das quais se busca recuperar o controle sobre as próprias condições de vida, juntando esforços e recursos, desenvolvendo na prática uma racionalidade econômica distinta fundada nos valores da comunidade, a ajuda mútua e a solidariedade. É o que temos denominado ‘economia de solidariedade’...*”. RAZETO MIGLIARO, Luiz. **Economia popular de solidaridad**: identidad y proyecto en una visión integradora. Santiago/Chile: Área Pastoral Social da Conferência Episcopal de Chile, 1986..

⁵ - Na Argentina já se formaram, pelo menos, dois movimentos: o Movimento Nacional de Empresas Recuperadas (MNER), e o Movimento Nacional de Fábricas Recuperadas (MNFR). Num Seminário recente em São Paulo com a presença de José Abellí, vice - presidente do MNER, este dirigente informou a existência de pelo menos 200 empresas recuperadas, com tendência à aumentar. A crise na Argentina quebrou 30 mil empresas industriais, 750 mil postos de trabalho destruídos de forma direta, 5% dos assalariados. Sobre este fenômeno ver: **Sin Patrón**: fábricas y empresas recuperadas por sus trabajadores: una historia, una guía. Buenos Aires: Lavaca, 2004. E, RÉBON, Julian. **Desobedeciendo al desempleo**: la experiencia de las empresas recuperadas. Buenos Aires: Ediciones P.ICA.SO / La Rosa Blindada, 2004.

⁶ - Para Paul Singer, “*a unidade típica da economia solidária é a cooperativa de produção, cujos princípios organizativos são: posse coletiva dos meios de produção pelas pessoas que as utilizam para produzir; gestão democrática da empresa ou por participação direta (quando o número de cooperadores não é demasiado) ou por representação; repartição da receita líquida entre os cooperados por critérios aprovados após discussões e negociações entre todos; destinação do excedente anual (denominado “sobras”) também por critérios acertados entre todos os cooperadores.*” SINGER, Paul. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In.: SINGER, Paul & SOUZA, André Ricardo. **A economia solidária no Brasil**: autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, p.13..

⁷ - Não abordaremos aqui o setor cooperativo tradicional, articulado pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). Este setor, historicamente, não coloca em questão a democratização das relações de trabalho e desconhecemos se possui alguma inserção no campo de práticas que são objeto deste estudo, o do cooperativismo que emerge a partir das fábricas falidas. É inegável, no entanto, que representa um setor cuja participação no conjunto da economia vem crescendo no Brasil. Em 2002, pelos dados da OCB, contava-se 7.549 cooperativas, com mais de 5 milhões de cooperados. Comparado com 2001, houve um crescimento de 7,5% no número de cooperativas e de 10% no número de cooperados. Sobre a participação de cada tipo de cooperativismo, registra-se que 27,93% são cooperativas de trabalho; 21,51% são agropecuárias; cooperativas de crédito são 14,62%. A região Sudeste concentra o maior volume de cooperativas, com 44%; em seguida, vem

no decorrer do último ciclo de lutas autônomas nos anos 60 e 70. A partir da transformação da propriedade das empresas em propriedade coletiva, recoloca-se a possibilidade de se pensar a autogestão da produção, a democratização das relações de trabalho, o controle dos trabalhadores sobre os meios de produção e a organização do processo de trabalho. Num nível mais profundo, desdobra-se na reflexão sobre a construção de um novo modo de produção, a superação do capital e da sociedade contemporânea.

Muito embora signifiquem um avanço no que diz respeito às formas alternativas de produção, e ainda que recuperem o sentido do termo autogestão e da necessidade de superação desse modo de produção, as experiências atuais no campo do cooperativismo defrontam-se com obstáculos que se impõem ao seu desenvolvimento no interior do capitalismo, provenientes das relações com as suas instituições e dos critérios de eficácia. Decorre daí um espectro de contradições e ambigüidades que precisa ser devidamente considerado quando pretende-se fazer avançar o potencial emancipatório que detém essas experiências, do laboratório que podem representar para o desenvolvimento das novas relações sociais de produção.

Neste momento, acredita-se que uma contribuição à reflexão sobre o novo cooperativismo no Brasil passa, primeiramente, pela recuperação do seu percurso histórico, rastreando o sentido dos primeiros movimentos realizados neste campo de práticas; neste percurso, pode-se identificar algumas das principais instituições envolvidas e os sentidos que apontam para o seu desenvolvimento; em seguida, apresenta-se as linhas gerais do campo no qual pensamos estar inserido o problema da autogestão, do ponto de vista da experiência histórica do movimento operário, enquanto contraponto utópico e crítico à forma capitalista de produção da vida social. Pretende-se com isso avançar no delineamento de um campo teórico que permita captar a dinâmica contraditória dessas experiências que se encontram em plena fase de expansão nas suas direções múltiplas.

Antecedentes do cooperativismo e da autogestão no Brasil

Na história das suas lutas contra o capitalismo no Brasil, os trabalhadores não lançaram mão da criação de associações de produção, seja para abrigar os trabalhadores perseguidos após os conflitos de classe, ou mesmo para a sustentação desses movimentos e das próprias organizações de resistência, ao contrário do que ocorreu por exemplo com o mutualismo e do cooperativismo europeu durante quase todo o século XIX.⁽⁸⁾

o Nordeste e o Sul, com 21% e 18% respectivamente. **Jornal DCI** – Comércio, Indústria e Serviço. (Especial Cooperativas). São Paulo, 15 de agosto de 2003. 28p.

⁸ - Sobre este assunto, ver: GUESLIN, André. **L'Invention de l'économie sociale: le XIXe siècle français**. Paris: E. Économica, 1987. E também, MEISTER, Albert. **Quelques aspects historiques de l'associationnisme en France**. In.: Albert Meister. **Vers une sociologie des associations**. Paris: Les Editions Ouvrières, 1972. pp.49-108. Segundo Meister, na primeira metade do século XIX, *"mesmo quando as sociedades não tinham outro fim senão o socorro mútuo, uma solidariedade se desenvolve entre seus membros e muito rapidamente elas*

Desde as primeiras referências à tradição mutualista e das sociedades de resistência num período histórico de constituição da classe operária no Brasil, com influência predominantemente anarquista ou anarcosindicalista, até o surto de comissões de fábrica nas décadas de 70 e 80 veiculando o desejo de autonomia organizativa das bases operárias, existe um longo percurso. No âmbito da organização de esquerda, no debate sobre alternativas socialistas, uma diversidade de correntes políticas e intelectuais partilhavam o que Claudio Nascimento denomina “cultura da autogestão”, criando um quadro de referências “no que diz respeito à produção (economia, trabalho) e à reprodução social (poder local, cidades)”.⁽⁹⁾

No período de formação da classe trabalhadora no Brasil, após a abolição da escravidão no final do século XIX, a imigração de camponeses e operários europeus e o início da industrialização, pode-se encontrar as primeiras formas associativas às quais lançam mão os trabalhadores, cujos parâmetros são fornecidos em grande parte pela experiência que trazem na bagagem os imigrantes europeus (predominantemente anarcosindicalistas) e consistem basicamente nas práticas de ajuda mútua no plano da assistência, da cultura e sobretudo de resistência. As mútuas aparecem como uma das primeiras formas associativas criadas pelos trabalhadores neste momento inicial das lutas sociais no Brasil. Vários autores tem tratado deste tema, e não é aqui o momento para entrarmos em detalhe.⁽¹⁰⁾

No entanto, vale frisar que, no que toca ao papel das mútuas e do cooperativismo, apenas alguns círculos socialistas admitiam essas formas associativas e propunham-se à desenvolvê-las em conjunto com a organização nos planos sindical e político. As tendências predominantes nesta fase que vai até as décadas de 20 e 30, que eram o anarquismo e o anarco-sindicalismo, criticavam o mutualismo e o cooperativismo por desviarem a ação do proletariado da ação direta, dos seus objetivos de resistência ao patronato, privilegiando na sua estratégia o reforço das associações sindicais.⁽¹¹⁾

alargam seus fins para se interessar também pelas condições de trabalho. A mútua dá então nascimento a, e dissimula, uma sociedade de resistência. Por vezes mesmo uma mútua é criada para esconder a sociedade de resistência cujo fim é a reivindicação de uma tarifa, de uma escala de salários, aos empregadores.” (p.72)

9 - NASCIMENTO, Claudio. Autogestão e economia solidária. In.: Democracia e Autogestão. **Revista Temporaes**. Op., cit., pp.97-145. Neste texto, Claudio Nascimento busca “resgatar, de forma sucinta, a trajetória da autogestão no Brasil”, acrescentando uma bibliografia comentada sobre o tema.

¹⁰ - HARDMAN, Francisco Foot & LEONARDI, Victor. **História da indústria e do trabalho no Brasil**: das origens aos anos 20. São Paulo: Global Ed., 1982. p.118. Como explicam os autores, “foi tamanha a exploração a que se viram os primeiros proletários que seu nível de vida tornou-se inferior, em geral, aos dos demais trabalhadores livres da sociedade brasileira da época. Sem nenhum direito, os primeiros proletários às vezes reagem violentamente contra a pessoa dos contramestres e dos patrões. Com o passar dos anos, a resistência contra a exploração desenfreada deixa de ser um ato isolado e ganha a maioria dos operários de certas fábricas, no início, e de toda uma localidade logo a seguir. Surgem, então, as primeiras organizações operárias: as associações mutualistas.” (p.117) Sobre este tema, ver também: HARDMAN, Francisco Foot. **Nem pátria, nem patrão!** Vida operária e cultura anarquista no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1983. SIMÃO, Azis. **Sindicato e Estado**: suas relações na formação do proletariado de São Paulo. São Paulo: Dominus Editora, 1966.

¹¹ - A Resolução do COB (Congresso Operário Brasileiro de 1906 sobre esta questão é a seguinte: “Considerando que a resistência ao patronato é a ação essencial, e que, sem ela, qualquer obra de beneficência, mutualismo ou cooperativismo seria toda a cargo do operariado facilitando mesmo ao patrão a imposição de suas condições; que essas obras secundárias, embora trazendo ao Sindicato grande número de aderentes,

São poucas as experiências mencionadas na literatura de criação de cooperativas pelos trabalhadores no período da sua formação no Brasil. Dentre essas, uma experiência que merece ser mencionada é a da Cooperativa dos Vidreiros, iniciada em 1909, que conquistou um espaço social considerável, ainda que jamais tenha funcionado. Após uma greve decretada por 130 crianças que trabalhavam na Vidraçaria Santa Maria, a parede estendeu-se a todos os 600 operários da empresa, formada em grande parte por imigrantes de origem italiana e francesa. Os trabalhadores já haviam realizado uma greve em 1901, que fora bem sucedida; mas nesse segundo movimento em 1909 encontram uma posição irreduzível e repressiva por parte dos donos da Vidraçaria, entre os quais figurava o Conselheiro Antônio Prado.⁽¹²⁾ Logo no início da greve, a gerência da fábrica solicita a substituições dos trabalhadores estrangeiros. Após a derrota do movimento, as principais lideranças foram obrigadas a deixar as casas da empresa que ocupavam e tiveram os barracos onde se alojaram incendiados. Esses trabalhadores demitidos, com o apoio do *Professor Edmondo Rossoni*⁽¹³⁾ e do sindicato, decidem levar adiante a criação de uma vidraria cooperativa. O local escolhido para implantar tal experiência foi Osasco, devido à qualidade da areia existente às margens do Tietê e pelo fato de a maioria dos habitantes da região ser de imigrantes italianos.

Houve uma grande mobilização dos sindicatos operários de São Paulo para a construção do prédio da Cooperativa. A mão-de-obra era gratuita e a construção pautava-se pela ajuda mútua, com os vidreiros contribuindo com algumas horas de trabalho por semana. Um representante dos trabalhadores chegou a embarcar para a Europa a fim de encomendar o forno e, com isso, a cooperativa ameaçava colocar logo em cheque o monopólio da Vidraria Santa Maria. O desfecho da situação é emblemático: o advogado da cooperativa, que controlava todos os documentos e, ao que parece, também o dinheiro, some com tudo, papéis e notas, supostamente em conluio com o Conselheiro Antônio Prado. Traídos, os trabalhadores enterram a idéia de cooperativa. O prédio erguido ficou como monumento até o final da década de sessenta, no terreno onde foi instalada a empresa de vagões Cobrasma, que tratou de destruir-lo logo após a greve de 1968.

quase sempre sem iniciativa e sem espírito de resistência, servem muitas vezes para embaraçar a ação da sociedade que falta inteiramente ao fim para que fora constituída – a resistência; O Primeiro Congresso Operário Brasileiro aconselha, sobretudo, resistência, sem outra caixa a não ser a destinada a êsse fim e que, para melhor sintetizar o seu objetivo, as associações operárias adotem o nome de Sindicato.” Citado por SIMÃO, A. **Sindicato e...** Op., cit., pp. 163-165. Sobre a visão dos anarquistas sobre o cooperativismo, ver também OITICICA, José. **A doutrina anarquista ao alcance de todos.** Lisboa: A Batalha, 1976.

¹² - Nos baseamos aqui, sobretudo, em WERNER, Helena Pignatari. **Raízes do movimento operário em Osasco.** São Paulo: Cortez, 1981. E em LEME, Dulce Maria Pompêu de Camargo. **Trabalhadores ferroviários em greve.** Campinas: Editora da Unicamp, 1986. (Série Teses). p.39.

¹³ - Edmondo Rossoni veio ao Brasil como professor contratado pelos vidreiros para ensinar seus filhos. De ideologia anarco-sindicalista, participou do movimento operário em São Paulo, atuando na greve da vidraria da Santa Maria, sendo preso no início do movimento. Engajou-se na construção da Cooperativa dos vidreiros. Foi expulso do Brasil em 1917, junto com outras lideranças operárias, sob a vigência da Lei Adolfo Gordo. Esteve nos Estados Unidos até ser chamado de volta à Itália por Benito Mussolini, chegando a ser nomeado Ministro da Agricultura. WERNER, Helena P. **Raízes...** Op., cit., pp.56-58.

O que queremos destacar é a escassez de referência à outras experiências operárias no campo da produção cooperativada no Brasil, cuja realização não era impossível para a época. Num período de industrialização incipiente, com um quadro tecnológico simples em vários setores, em muitos casos com base artesanal, é de se perguntar os motivos que desencorajavam os trabalhadores de lançarem mão da produção com base na ajuda mútua, que poderia ser utilizada também como forma de resistência. No entanto, cabe mencionar que os trabalhadores realizaram neste primeiro período um vasto trabalho no campo da cultura, com a criação de inúmeros jornais operários, uma produção no campo literário também considerável, no teatro, na música e no cinema. ⁽¹⁴⁾

No que diz respeito à autogestão, Claudio Nascimento aponta alguns movimentos precursores desse debate - marcado por “desvios e ziguezagues” - destacando, entre outros exemplos, a importância do jornal *Vanguarda Socialista*, dirigido por Mário Pedrosa, e cita outros atores e iniciativas em torno da autogestão:

“Movimentos como o da oposição sindical metalúrgica de São Paulo (MOSP), Centro de Educação Popular como CEDAC (RJ), grupos como o da Desvios, tendo a frente Éder Sader e Marilena Chauí, grupos sobre autonomia (como o de Goiás, em torno de Augusto Franco), diversos grupos anarquistas libertários; a FNT (Frente Nacional dos Trabalhadores) avançando a autogestão em relação às definições da CLAT. Tudo isto permitiu uma produção enorme de revistas, textos, livros e traduções.” ⁽¹⁵⁾

No plano das experiências, caberia mencionar o caso da Unilabor (1954-1967), que consistiu na criação de uma “comunidade de trabalho” que agrupava a produção de mobiliário industrial, com um projeto moderno de design e arquitetura, com práticas cooperativas e humanismo cristão. A iniciativa partiu do frei João Batista Pereira do Santos, inspirado nas comunidades operárias francesas articuladas pelo movimento Economia e Humanismo, fundado pelo padre Louis-Joseph Lebret durante a segunda guerra mundial. A influência da arte moderna veio pelo artista Geraldo de Barros, amigo de Mário Pedrosa que havia estudado na Alemanha nos anos 20 e voltava influenciado pela Bauhaus. A associação participativa contava ainda com o marceneiro Manuel Lopes da Silva, o serralheiro Antônio Thereza e o engenheiro Justino Cardoso, buscando a implementação de uma espécie de autogestão no processo de criação, produção e comercialização do mobiliário. O mesmo movimento resultou na construção da Capela do Cristo Operário, no Alto do Ipiranga/SP, decorada com obras de vários artistas.⁽¹⁶⁾

¹⁴ - Sobre o teatro operário, ver também excelente trabalho de: LIMA, Mariangel Alves de & VARGAS, Maria Thereza. Teatro operário em São Paulo. In.: PRADO, Antonio A. **Libertários no Brasil**: memória, lutas, cultura.. Antonio Prado [org.] São Paulo: Brasiliense, 1986.pp.162-250

¹⁵ - NASCIMENTO, CLAUDIO. **Autogestão e...** Op., cit., p. 99. Pode-se mencionar ainda a própria produção teórica de Claudio Nascimento (no movimento sindical e popular), de Fernando Claudio Prestes Motta e Gustavo Luiz Gutierrez (na academia), e o de Maurício Tragtenberg (na academia e na imprensa diária), entre outros.

¹⁶ - CLARO, Mauro. **UNILABOR**: desenho industrial, arte moderna e autogestão operária. São Paulo: Editora Senac de SP, 2004.

Malgrado essas experiências e idéias em torno do problema da autogestão e da gestão operária, não se pode dizer que a preocupação com a gestão das unidades de produção, ou a construção de um contra-poder mediante o controle do processo de trabalho, muito menos através do cooperativismo, tenha sido um traço marcante do movimento operário brasileiro. Quanto às cooperativas de produção, pelo menos até o início da década de 90, eram de forma geral descartadas pelo sindicalismo mais combativo devido, sobretudo, a integração do movimento cooperativista tradicional aos princípios e valores do capitalismo. Sendo assim, será na década de 90 que o cooperativismo e o tema da autogestão são incorporados pelo movimento sindical como forma de resistência ao processo de exclusão social e ao desemprego provocados pela crise econômica mundial, a reestruturação produtiva e as políticas neoliberais.

O surgimento desse novo tipo de cooperativismo vai se impor através das múltiplas experiências gestadas pelos trabalhadores ao longo dos anos 90, que só não permaneceram no isolamento porque reuniram-se nacionalmente e fundaram, em 1994, a ANTEAG - Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas Autogeridas e Participação Acionária. A criação da Associação representa uma ampliação do espaço social que o fenômeno já vinha conquistando com as experiências isoladas, estreitando as relações com as instituições de crédito e organizações cooperativistas internacionais. Antes de tratarmos desta Associação, é preciso recuperar o que podemos chamar de os primeiros ensaios desse “novo cooperativismo” no Brasil.

Os primeiros ensaios

O surgimento desse cooperativismo de novo tipo vai se dar num cenário complexo marcado pelo aprofundamento da crise do sistema capitalista, que vem desde pelo menos a década de 70, intensificada durante os anos 90 a partir dos efeitos desagregadores e excludentes das políticas de ajuste do capitalismo sob o ideário neoliberal. Ao mesmo tempo, o processo de reestruturação produtiva capitalista abrange em seu conjunto transformações intensas, no que aqui nos interessa sublinhar, nos processos produtivos, no mercado de trabalho, nas relações de trabalho, na configuração da classe trabalhadora, com profundos impactos nas suas organizações, suas estruturas e estratégias. Ao intensificar os processos tecnológicos, isto é, ao desenvolver os mecanismos da mais-valia relativa, tem início a realização de um novo modo de desenvolvimento denominado por Castels de informacionalismo, centrado no processamento da informação e novos meios de comunicação. O informacionalismo projeta uma nova cultura material que abrange e reconfigura o industrialismo, dando azo inclusive a uma das maiores ondas de

industrialização da história.⁽¹⁷⁾ Mais precisamente, processa-se um fenômeno desigual, onde a desindustrialização em algumas regiões do globo contrasta com a industrialização e o avanço da proletarização em outras até então afastadas das teias do capital. Ao mesmo tempo, o informacionalismo desenvolve-se de mãos dadas com o capital financeiro, determinando novos fluxos de investimentos e espaços para a especulação e rapina.

Esse processo de reestruturação do capital e da força de trabalho, se manteve as tendências à desruralização da força de trabalho e a proletarização nos centros urbanos, produziu, por um lado, empregos que requerem uma maior qualificação e garantem rendimentos superiores para um número reduzido de trabalhadores, enquanto que, por outro lado, difundiu as “estruturas de subcontratação” (ocupações em tempo parcial e informais) e projetou o desemprego como fenômeno mundial.

Em sentido amplo, Boito Jr. define a ideologia neoliberal como uma “apologia abstrata do mercado”, aplicada seletivamente nos assuntos de interesse do capital financeiro, sobretudo quando refere-se às atividades econômicas do Estado, ao comércio exterior e ao mercado da força de trabalho. Nessas condições, as políticas neoliberais assentam num tripé: privatização, abertura comercial e as desregulamentações financeiras e do mercado da força de trabalho, e visam “suprimir ou revisar as reformas que o movimento operário e a luta antiimperialista impuseram tanto ao capitalismo quanto ao imperialismo ao longo do século XX.”⁽¹⁸⁾

No que se refere ao mercado de trabalho, instaura-se o “reino absoluto da flexibilidade”, nos termos que lhe confere Bourdieu.⁽¹⁹⁾ Sob o pretexto de que as empresas necessitam mecanismos maleáveis de ajuste para responderem às exigências do mercado, privilegia-se a individualização dos contratos de trabalho, as formas de contratação temporárias, a precarização das relações salariais e a retirada de direitos sociais conquistados nas lutas pretéritas dos trabalhadores. Tal individualização é reforçada pelas novas formas de gestão da força de trabalho, o culto ao participacionismo longamente criticado por Tragtenberg⁽²⁰⁾ justamente quando o capital iniciava a integração às avessas das solidariedades coletivas construídas nas lutas das décadas de 60 e 70. Neste ponto, Bourdieu é enfático ao atribuir à utopia neoliberal o desejo de destruir as estruturas coletivas que poderiam oferecer resistência à lógica do mercado, como a nação, os sindicatos, as associações etc.⁽²¹⁾

¹⁷ - CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede (A era da informação: economia sociedade e cultura; v.1). São Paulo: Paz e Terra, 1999. p.131.

¹⁸ - BOITO JR., Armando. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1999. p.30.

¹⁹ - BOURDIEU, Pierre. O neoliberalismo, utopia (em vias de realização) de uma exploração sem limites. In.: Pierre Bourdieu. **Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998. pp.139.

²⁰ - TRAGTENBERG, Maurício. **Administração, poder e ideologia**. São Paulo: Moraes, 1980.

²¹ - BOURDIEU, P. **O neoliberalismo...** Op., cit., p.137.

Essa fase de transição ou bifurcação da economia mundial capitalista, que para Wallerstein pode durar meio século⁽²²⁾, esse processo que lança grupos e regiões inteiras no “estado de natureza”, traduz-se no imaginário social sob a forma de ansiedade permanente em relação ao futuro, uma profunda sensação de insegurança e incerteza que acompanha a precarização das condições de trabalho e de vida. No que diz respeito à precarização das condições de trabalho, em 1999, o trabalho informal absorvia em média 60% da força de trabalho de 31 países considerados “em vias de desenvolvimento”, “emergentes” para os mais afoitos, segundo pesquisa realizada pela OIT.⁽²³⁾ Tal contingente informal, nas beiradas do mercado capitalista, alimentado por suas migalhas e refugos, não mais acalenta a perspectiva de um retorno ao mercado formal para a grande maioria que nele se inscreve, dando guarida às teses de desemprego estrutural.⁽²⁴⁾

Sendo um momento tão desfavorável para o conjunto dos produtores imediatos, como foi a década de 90, somos tentados a identificar o novo cooperativismo como produto desse período de transição que atravessa o capitalismo, ou ainda que as experiências alternativas de produção possam significar uma resposta dos trabalhadores à crise do sistema, sobretudo ao desemprego. Na processualidade da crise, representam uma forma de evitar o abastecimento do setor informal e precário com novos contingentes de trabalhadores que aí seriam lançados pelo fechamento das fábricas e que, de outra maneira, tenderiam a migrar para o “polo marginal da economia”, nos termos de Quijano, organizado a partir dos marginalizados do salário.⁽²⁵⁾

Ao observarmos a extensão que a busca de alternativas ao desemprego assume no mundo atual, encontramos uma diversidade de experiências e de perspectivas, conforme pode-se depreender do mapeamento das formas de produção não-capitalistas existentes em escala global organizado por Boaventura Santos⁽²⁶⁾, abrangendo o levantamento e a discussão das experiências de seis países: África do Sul, Brasil, Colômbia, Índia, Moçambique e Portugal. Os estudos de caso contidos nesta obra revelam a

²² - WALLERSTEIN, Immanuel. Possibilidades globais, 1990-2025. In.: **Revista Praga**. Estudos Marxistas, 5. São Paulo: Hucitec, maio 1998. Pp.17-23.

²³ - Atividade informal cresce nos emergentes. *Gazeta Mercantil*, 25-31/10/99

²⁴ - Sobre este tema, ver também: SINGER, Paul. *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*. São Paulo: Contexto, 1999.; POCHMANN, Márcio. **O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século**. São Paulo: Contexto, 1999.; e ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

²⁵ - QUIJANO, Anibal. *Sistemas Alternativos de Produção?* In.: **Produzir para viver**. os caminhos da produção não capitalista. Boaventura de Souza Santos [org.] Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. (Reinventar a emancipação social: para novos manifestos; 2) pp.483-485. Para Quijano, tal tendência à marginalização pôde ser já no final dos anos 60, enquanto processo de resistência dos trabalhadores “*impossibilitados de viver por intermédio do ou segundo o mercado*”. Nessas condições, os trabalhadores são empurrados para tipos diversos de comportamento: formas pré-salariais de exploração, estratégias de sobrevivência e práticas de reciprocidade.

²⁶ - Esta obra insere-se num conjunto de sete livros resultantes de uma pesquisa internacional dirigida por Boaventura de Souza Santos, intitulada *Reinventar a emancipação social: para novos manifestos*. Como explica o autor, “o argumento central deste livro é que, ao contrário do que proclama o neoliberalismo, é hoje mais urgente que nunca fomentar formas de produção e de distribuição de bens e serviços alternativos às formas capitalistas, uma vez que estas nunca foram tão excludentes e nunca deixaram os excluídos em condição de tão grande vulnerabilidade (as populações descartáveis).” **Produzir para viver**: Op. Cit., p.16.

heterogeneidade das experiências nos vários continentes e a multiplicidade de formas que podem assumir no interior de único país.

Constatar que essas experiências surgem em um momento de transição e crise do sistema capitalista, projetando-se como uma resposta concreta a um problema tão dramático como o desemprego, serve apenas como ponto de partida para tentarmos entender o fenômeno do cooperativismo de novo tipo como se nos apresenta atualmente.

No final da década de 80, os casos mais expressivos de reabertura de empresas falidas mediante a transferência da propriedade dos meios de produção para os trabalhadores eram a CBCA – Cia. Brasileira Carbonífera Araranguá, em Criciúma/SC, a Remington, na capital carioca, e a Peticamps, na capital paulista. No último caso, tratava-se ainda de uma luta da comissão de fábrica da empresa, após a concordata preventiva decretada em 1989. Havia também a experiência da Wallig, é verdade, tradicional fábrica de fogões transformada em meados da década de 80 nas cooperativas Coomec e Coofund). Na sua tese de doutorado sobre essa experiência, Lorena Silva não encontrou nas cooperativas nada que sugerisse “a existência de contestação à organização capitalista do trabalho e à própria sociedade capitalista enquanto sistema ordenador da totalidade das relações sociais.” E identifica um processo de regressão das práticas democráticas iniciais da experiência ao longo do tempo, um processo de “diferenciação” interno com o enfraquecimento do “espírito de cooperativa”, “negando na prática o discurso original de que nelas ‘todos são iguais’.”⁽²⁷⁾ Essa análise nos levou, quando iniciamos os nossos estudos sobre esse fenômeno, a identificar o caso Wallig no campo do cooperativismo tradicional, diferenciando-a dos demais casos antes referidos.

Uma característica comum das primeiras experiências é a intensa luta coletiva e ativa levada a cabo pelos trabalhadores e pelos sindicatos, primeiro para garantir o pagamento dos salários geralmente com vários meses de atraso e, em seguida, para manter as empresas em funcionamento. Desde ocupações das instalações das empresas, greves parciais, ocupações de instituições financeiras e de vias de transporte, não foram poucas as ações empreendidas pelos trabalhadores para manter os postos de trabalho. Igualmente comum é o papel central desempenhado pelos sindicatos dos trabalhadores, sem os quais dificilmente consegue-se superar a fase inicial da luta e o encerramento definitivo das atividades das empresas.

²⁷ - SILVA, Lorena Holzmann da. Operários sem patrão: estudo da gestão das cooperativas industriais Wallig. São Paulo: USP, 1992. [Tese de Doutorado em Sociologia]. E, da mesma autora: Limites e obstáculos à participação democrática. In.: Paul Singer & André R. De Souza. **A Economia solidária no Brasil: autogestão como resposta ao desemprego.** São Paulo: Contexto, 2000. pp.49-62. Paul Singer referiu-se recentemente à experiência da Wallig da seguinte maneira: os trabalhadores “*foram praticamente os inventores da autogestão*” e que “*é uma demonstração interessantíssima de como os trabalhadores conseguem não só preservar o seu trabalho e sua renda, o que por si só já é muito importante, mas criam, de fato, sem muita ideologia na cabeça, o socialismo na prática, pelo menos na prática empresarial deles.*” SINGER, Paulo. A cooperativa é uma empresa socialista. In.: **Sindicalismo e cooperativismo: a economia solidária em debate: transformações no mundo do trabalho.** Gonçalves Guimarães [org.]. Rio de Janeiro, Unitrabalho, s/d.

As duas massas-falidas que iniciaram a década de 90 tendo os trabalhadores como proprietários dos meios de produção, CBCA e Remington, optaram por estratégias diferentes para efetivar juridicamente esse controle. No primeiro caso, os mineiros criaram a Cooperminas, integrando-se assim à forma jurídica da cooperativa, enquanto a Remington optou pela criação de uma Associação dos Funcionários, instituição que passou a deter a propriedade da empresa. Mas a definição da forma de propriedade nada nos informa sobre o conteúdo da gestão da empresa, sobre os mecanismos criados para que a participação dos trabalhadores fosse além do direito formal enquanto associado ou cooperativado. Não que isso represente pouco, mas é insuficiente quando lembramos que essas experiências eram e são identificadas como autogestionárias.

Neste sentido, pode ser útil relatar o primeiro encontro que tivemos com o problema da autogestão, precisamente quando Maurício Tragtenberg esteve em Criciúma, no início de 1992, a convite do Sindicato dos Mineiros e da CBCA, a fim de estabelecer um debate com as principais lideranças da mina num momento de forte conflito interno. Tragtenberg mostrou na ocasião, com a ironia e erudição particulares, que o problema da autogestão era antigo e sempre presente nos momentos agudos da luta de classes. No seu entendimento, dadas as características da gestão da mina, do prevaecimento da hierarquia e da presença de uma proto-burocracia almejando o isolamento no poder (os “canetinhas”, como eram então chamados pelos mineiros), o conteúdo da experiência a aproximava mais de uma cogestão, indicando exemplos de práticas semelhantes em outros países e os resultados a que chegaram. Colocando um problema complexo de forma simples, como a ocasião exigia, expressou Tragtenberg que o caminho para a autogestão é

“... o povo autogerir as suas lutas como condição para autogerir as coisas. Quer dizer, cada um tem que viver a sua vida, ninguém pode viver a vida do outro. É assim dentro da autogestão. A produção tem que ser gerida por quem trabalha, não adianta você impor gente de fora, de cima para baixo, que você cria uma nova burocracia e passa a reproduzir toda a situação autoritária anterior, já controlada. Isso não muda nada.” (Jornal CBCA Hoje, ano 1, nº 3; Fev./Mar. 1992)

Tragtenberg indicou assim uma vertente de compreensão crítica do problema das cooperativas e da autogestão que, cabe dizer, prosseguimos ainda hoje. Ou seja, partimos do entendimento de que a autogestão possui um significado profundo, enquanto capacidade demonstrada pelos trabalhadores para gerirem suas vidas, para levarem suas lutas adiante de forma autônoma e reorganizarem nesse processo as empresas e a sociedade, em suma, que “o caminho para a liberdade é a própria liberdade”.

No tocante a relação entre a forma jurídica da propriedade e a forma de gestão da empresa ou relações de produção, esse encontro com a experiência da CBCA lançou-nos diretamente ao âmago das tensões e contradições em que estão enredadas essas experiências no interior do capitalismo. Ao mesmo tempo em que desvendava-se o

argumento definitivo (porque prático) para a crítica à organização capitalista do trabalho, revelava-se também o quão insuficiente representa a transformação das relações de propriedade e o controle formal dos trabalhadores sobre os meios de produção. Pelo menos enquanto tal fenômeno permanecer limitado a um conjunto pequeno de experiências isoladas.

Mas tanto a experiência da CBCA como a da Remington apresentavam naquele momento importantes avanços nas relações de trabalho e na perspectiva de democratização das unidades produtivas. Não deve restar dúvida que a transformação das relações de propriedade e o afastamento da figura do patrão do interior das empresas ensejam mudanças substantivas nas relações de trabalho, seja pela redução da hierarquia e o arrefecimento da características autoritárias dos postos de comando, seja por permitir o acesso dos trabalhadores a um volume superior de informações das empresas, ou ainda pelo caráter pedagógico que constitui a formação de comissões de trabalhadores através de eleições diretas e a realização de assembléias gerais.

O problema do isolamento entre essas experiências “pioneiras” é enfrentado pela primeira vez em 1991, quando uma delegação de mineiros vai ao Rio de Janeiro em visita aos trabalhadores da Remington. Com o reconhecimento de uma certa identidade de propósitos entre as experiências, definem estreitar as relações com outras empresas em situação semelhante mediante a realização do Iº Seminário da Autogestão, em setembro de 1993, na cidade de Criciúma/SC. Participam do Seminário representantes de outras experiências, como Caraíba Mineração (BA), Cia. Brasileira de Cobre (RS), COOMEC – ex-Wallig Fogões (RS) e do Centro de Valorização da Educação e da Cultura (CEVEC), esta última representando uma “escola autogestionária” em Canoas (RS). Dentre os objetivos, destacam-se a preocupação em desencadear “um processo sistemático de socialização das experiências das empresas geridas pelos próprios trabalhadores” e o desejo de “aprofundar os laços de solidariedade na prática, refletir, discutir, trocar experiências e conhecimento”, tendo em vista um “processo de construção de uma sociedade mais justa e democrática”.⁽²⁸⁾

Importa reter, desse primeiro encontro brasileiro entre as fábricas recuperadas, que o tratamento dado à autogestão não se restringia aos critérios de viabilidade econômica, à dificuldade financeira que era crônica ou aos aspectos jurídicos que emperram seu desenvolvimento. A questão central é que a autogestão projetava-se como uma “alternativa para os trabalhadores”. O conteúdo político deste seminário reflete-se na própria forma como os trabalhadores procurariam romper o isolamento, projetando-se nesse sentido a criação de uma “rede entre as empresas para ações conjuntas”, o incentivo ao “intercâmbio entre trabalhadores de diferentes empresas” e o estabelecimento de laços de solidariedade com outros movimentos sociais.

²⁸ - Jornal da Autogestão. Órgão Informativo das empresas em processo de autogestão. Novembro de 1993.

Contudo, enquanto este movimento de aproximação entre algumas experiências de cooperativas ou autogestão dava seus primeiros passos, um outro movimento ganha corpo a partir das experiências congênicas desenvolvidas no Estado de São Paulo, tendo como núcleo o processo desencadeado na Makerli Calçados. Poucos meses após a realização do Iº Seminário de Autogestão, em Criciúma, ocorre na capital paulista o Iº Encontro Nacional dos Trabalhadores em Empresas em Autogestão, em fevereiro de 1994, quando é fundada a ANTEAG.⁽²⁹⁾

Esse detalhamento quase cronológico do período inicial faz-se necessário para assinalar algumas imprecisões observadas na literatura atual quando trata do ressurgimento do cooperativismo e da autogestão no Brasil. Um desses problemas encontra-se no estabelecimento do “caso Makerli”, em Franca/SP (1992-1995), como espécie de marco inicial para o novo cooperativismo, sendo eliminado o processo anterior cujo desenvolvimento foi aqui rapidamente mencionado. Tal imprecisão levou um observador internacional a ver na Makerli uma espécie de “LIP brasileira”, em alusão à experiência autogestionária dos trabalhadores da fábrica de relógio em Bessançon (França) na década de 70⁽³⁰⁾. Como veremos, tal comparação não é apenas um exagero, mas um equívoco profundo.

Sobre o caso Makerli

Analisamos em outro momento a experiência dos trabalhadores da Makerli⁽³¹⁾, de forma que não vamos dedicar-lhe aqui mais do que algumas linhas gerais. Como nos casos descritos anteriormente, trata-se de uma luta levada a diante pelos trabalhadores, com o apoio decisivo do Sindicato dos Sapateiros de Franca, para a reabertura de uma fábrica de calçados cuja falência era iminente. Após intensas mobilizações, os trabalhadores conquistam, junto com os antigos gestores, a liberação de um empréstimo do Banespa (Banco do Estado de São Paulo) para a aquisição dos meios de produção, cuja propriedade passou à Associação dos Funcionários, seguindo o modelo criado pela Remington. Formase com isso um Conselho Deliberativo, cujos membros são eleitos periodicamente, e as assembléias passam a figurar como instância máxima de decisão na empresa. Até aí, nenhuma inovação em relação às experiências até então existentes. Nem mesmo as

²⁹ - Estavam presentes neste Encontro, representantes de 11 empresas em autogestão ou em processo de negociação para a transferência da propriedade para os trabalhadores. Dentre estas empresas, destacamos: Makerli Calçados (Franca/SP); Remington (RJ); Cobertores Parayba (São José dos Campos/SP); Cerâmica Matarazzo (São Caetano/SP); CBCA (SC); Skillcoplast (Diadema/SP) e; Hidrophenix (Sorocaba/SP).

³⁰ - COUTROT, Thomas. Brésil: le boom de l'économie solidaire. www.portoalegre2002.org. Página do Fórum Social Mundial. Thomas Coutrot é membro do conselho científico da ATTAC. Sobre a experiência da LIP, ver: Virieu, François-Henri de. **Processo LIP: 100.000 relógios sem patrão**. Lisboa: Assírio e Alvim, 1973.

³¹ - FARIA, Maurício Sardá de. “...se a coisa é por aí, que autogestão é essa?” Um estudo da experiência “autogestionária” dos trabalhadores da Makerli Calçados. Florianópolis, **UFSC**, 1997. [Dissertação de Mestrado em Administração; Área de concentração Organização e Gestão].

relações mantidas entre trabalhadores e gestores da empresa, sustentadas pelos dirigentes sindicais e seus assessores técnicos, constituem novidade.

O que tornou a Makerli uma referência para o novo cooperativismo e a autogestão não foram os avanços em termos de democracia no espaço fabril, que não se revelaram muito significativos. Nem tampouco por ter sido uma experiência “pioneira”, o que já vimos não se confirmar. Do mesmo modo, não é totalmente correto afirmar que, até a experiência da Makerli, não havia sido desenvolvida uma “tecnologia para adquirir as massas falidas”, pois os dois modelos em voga atualmente para a formalização jurídica da posse coletiva dos meios de produção, cooperativa ou associação, já haviam sido testados. O que pode ter de fato projetado a Makerli como uma experiência especial de luta pela manutenção dos postos de trabalho foram o agravamento da crise econômica e do desemprego naquele período; o conjunto de atores sociais mobilizados para a reabertura e o funcionamento da fábrica, conferindo cobertura da imprensa nacional à luta dos sapateiros de Franca; e por derivar dessa experiência o núcleo que deu origem à ANTEAG.

Se é verdade, como assinala Daniel Mothé⁽³²⁾, que os períodos de crise constituem-se freqüentemente nos piores laboratórios para a experimentação de formas de produção que se pretendem alternativas ao capitalismo, o caso Makerli é um ótimo exemplo. Seu surgimento coincide com o aprofundamento da crise no setor calçadista brasileiro e nos demais setores voltados à exportação, bastante sensíveis à abertura comercial desfraldada pelo governo Collor. Se a situação revela-se crítica para a sobrevivência da indústria calçadista, em meio de uma quebradeira nas principais regiões produtoras, para a Makerli assume dimensões incontornáveis. Ainda mais por ter o processo de reabertura da fábrica preservado o processo de trabalho herdado, tendo os produtos como destino o mesmo mercado mundial capitalista em momento de forte retração e inovação tecnológica. Ao mesmo tempo, a manutenção do processo de trabalho e do quadro gestorial, se facilitou ou mesmo possibilitou o restabelecimento das relações com as instituições do mercado, com as instituições financeiras, de crédito, agentes exportadores e fornecedores, por um lado, significou também, por outro lado, a ausência de qualquer discussão sobre o processo de trabalho e o destino dos produtos, que continuam assim subsumidos à lei do valor.

Isso parece ser, aos olhos de hoje, uma das principais fontes geradoras das contradições vividas pelos trabalhadores nessas experiências. Como exemplo disso, além do retorno da prática de demissão de trabalhadores nos momentos de retração das vendas, os gestores buscaram introduzir formas de gestão baseadas na qualidade total, como quando tentam criar os círculos de controle de qualidade, que no entanto naufragam diante a não adesão dos trabalhadores. Daí que os mecanismos criados para veicular a participação dos trabalhadores mantivessem uma convivência conflituosa com o quadro

³² - MOTHÉ, Daniel. **L'autogestion goutte à goutte**. Paris, Éditions du Centurion, 1980. p.26.

gestorial, detentor do poder efetivo sobre o processo de produção, o controle do processo de trabalho e a destinação do produto.

Para as cooperativas de produção e resistência ao desemprego, o relacionamento estabelecido com o mercado capitalista é um problema central, um nó crítico cujo desenlace é dos mais complexos, quando não impossível no interior desse modo de produção. Podemos tomar as três experiências que aqui referimos como exemplos para olharmos mais de perto esse problema da relação das alternativas de produção com o mercado capitalista, que apresenta-se atualmente simplificado e despolitizado através do argumento da “viabilidade econômica”.

O novo cooperativismo e o mercado

A primeira situação encontrada é a de um mercado estável para os produtos dessas experiências, como é o caso da CBCA, que tem o volume de produção pré-determinado pela cota que lhe é destinada pelas empresas termelétricas, principais consumidoras e até então de propriedade estatal. Apesar da drástica redução do número de mineiros neste período, a continuidade da experiência até os dias atuais (portanto mais de quinze anos), deve-se muito à situação especial oferecida pela manutenção dos contratos com a empresa estatal geradora de energia. Não que isso não tenha exigido dos trabalhadores a realização de lutas para manter tal estabilidade no mercado, servindo como exemplo o movimento realizado em 1993 para impedir o desembarque em porto catarinense de carvão energético importado da África do Sul, cujas condições de produção e qualidade do produto garantem a competitividade além mar com larga vantagem sobre o carvão catarinense.

Se a situação dos mineiros pode ser considerada excepcional, problemático é o caso da Remington, cujo produto principal era a máquina de escrever. Em época de informacionalismo, não é difícil prever o destino traçado para tal produção, tendo os trabalhadores que buscar outras formas para a utilização do instrumental e da qualificação da força de trabalho disponível. Talvez essa seja uma situação extrema que pode resultar da reabertura de empresas falidas, delineando um limite para o desenvolvimento dessas práticas.

Por último, no caso de empresas com mercado tradicionalmente competitivo, como o setor calçadista, cuja realização dá-se no mercado mundial, as empresas recuperadas enfrentam diretamente as pressões pelo aumento da produtividade. No entanto, estando a inovação tecnológica bloqueada pela carência de recursos e acesso ao crédito, os gestores passam a buscar os ganhos de produtividade mediante o aumento no ritmo da produção, introduzindo-se novas formas de organização da produção e a flexibilização ou redução da massa salarial. Além disso, a dificuldade de acesso ao crédito não raramente favorece a

dependência em relação às instituições financeiras, consistindo possivelmente o caso extremo nesse sentido a imposição pelo banco de um diretor próprio no controle da área financeira da Makerli, pouco antes do final dessa experiência.

Colocado desta maneira, pode parecer que a questão do mercado ou da viabilidade econômica encontraria uma resolução mediante ou a conquista de condições gerais que garantam alguma estabilidade para a realização dos produtos, ou o acesso à crédito para o acompanhamento das inovações tecnológicas e organizacionais requeridas pelo estágio de acumulação. Mas não se trata apenas disso e o problema vem sendo assinalado desde muito tempo no âmbito da reflexão sobre o potencial emancipatório do cooperativismo. Vejamos alguns contornos desse debate.

É conhecida a posição de Rosa Luxemburgo na polêmica com Bernstein em torno do revisionismo, onde as cooperativas e os sindicatos representariam avanços em direção à democracia econômica, aumentando a participação dos trabalhadores na riqueza social mediante a limitação ou mesmo supressão do lucro industrial. Para Rosa, a perspectiva cooperativista apenas pode projetar-se como alternativa socialista nos ramos secundários da economia, ganhando sustentação mediante a constituição de cooperativas de consumo a fim de assegurar antecipadamente um mercado ou conjunto estável de consumidores. Só assim, subtraindo-se às leis do mercado poderiam as cooperativas de produção superar a contradição entre o “modo de produção e o modo de troca” do capitalismo. Sem a resolução dessa contradição, afirma Rosa, as cooperativas permaneceriam como instituições de natureza híbrida no interior do capitalismo, “uma produção socializada em miniatura que é acompanhada por uma troca capitalista.”⁽³³⁾ E isso porque

“...na economia capitalista a troca domina a produção; por causa da concorrência exige, para que a empresa possa sobreviver, uma impiedosa exploração da força de trabalho, quer dizer, a dominação completa do processo de produção pelos interesses capitalistas. Praticamente, isso traduz-se numa necessidade de intensificação do trabalho, de encurtar ou prolongar a sua duração conforme a conjuntura, de contratar ou dispensar a força do trabalho conforme as necessidades do mercado, numa palavra, praticar todos os métodos, sobejamente conhecidos que permitam a uma empresa capitalista sustentar a concorrência das outras empresas. Daí a cooperativa de produção ter a necessidade, contraditória para os operários, de se governar a si própria, com toda a autoridade absoluta necessária e de os seus elementos desempenharem entre si o papel de empresários capitalistas. Dessa contradição morre a cooperativa de produção, na acepção em que se torna uma empresa capitalista ou, no caso em que os interesses dos operários são mais fortes, se dissolve. Esses são os fatos.”⁽³⁴⁾

Este claro dilema assinalado por Rosa Luxemburgo permanece, um século depois, ainda bastante atual. As contradições em que estão enredas as cooperativas no interior do

³³ - LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma Social ou Revolução?** São Paulo: Global, 1986. p.87.

³⁴ - Id., *ibid.*, pp.87-8.

capitalismo não podem ser falseadas ou superadas pelo caráter coletivo da propriedade ou pela perspectiva de maior participação dos trabalhadores na gestão e na riqueza produzida. Reconhecer esta natureza híbrida das cooperativas, as dificuldades que enfrentam essas ilhas em contexto capitalista, torna-se mais do que nunca necessário quando o objetivo é avançar na identificação dos nós críticos que lhes são inerentes, das forças atrativas e avassaladoras do capital, a “dominação completa do processo de produção” de que fala Rosa.

Ultimamente, novos tratamentos são oferecidos a essa contradição latente nas experiências alternativas de produção. Uma tentativa nesse sentido é apresentada por Paul Singer, para quem o dilema de Rosa carece de consistência, pois um aspecto desconsiderado é a resistência dos trabalhadores ao despotismo do capital, a capacidade de se oporem à intensificação do trabalho ou outras formas de extração da mais-valia. Singer lembra também que as condições de trabalho seriam menos duras nas cooperativas, pois aí os trabalhadores podem “se auto-explorar menos” e tem “liberdade” para escolher como trabalhar para aumentar a competitividade da empresa. E, por último, frente a tendência à dissolução das cooperativas quando prevalecem os interesses dos trabalhadores, Singer lança um outro dilema: “nesse caso, que alternativas restam aos trabalhadores?”⁽³⁵⁾

Talvez Singer tenha razão ao apontar que a tese de Rosa Luxemburgo, extraída do contexto da obra e da polêmica a que se destina, carece de alternativa para os trabalhadores. Ou que a alternativa pensada por Rosa fosse outra para aquele momento. Ainda assim, o tratamento que propõe não parece suficiente para que o problema do isolamento e o fenômeno da degenerescência dos processos de luta no campo econômico possam ser desprezados. Parece-nos que, tanto nos casos mais recentes como nas experiências históricas em que o problema do controle da produção colocou-se na ordem do dia, a relação com o mercado capitalista tem se apresentado como um foco central de tensão e conflitos com as novas relações surgidas no processo de luta e na tomada das empresas.

No Brasil, os estudos de experiências tem reiteradamente identificado, de forma mais ou menos clara, essas tensões e conflitos que se traduzem na tendência ao monopólio do poder e da gestão da empresa por um novo grupo gestorial e na reintrodução dos princípios capitalistas de organização do processo de trabalho. Em muitos casos, as condições de trabalho enfrentadas nessas cooperativas não tem permitido aos trabalhadores “se auto-explorarem menos”. Pelo contrário, com as dificuldades provenientes da herança falimentar, como previa Rosa, essas experiências não raro tem recorrido ao prolongamento da jornada

³⁵ - SINGER, Paul. Economia Solidária: um modo de produção e distribuição. In.: **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego.** Paul Singer e André Ricardo de Souza (organizadores). São Paulo: Contexto, 2000. p.17

não remunerada, à intensificação do ritmo ou da redução salarial para garantir a competitividade das empresas, isto é, aos mecanismos da mais-valia absoluta.

Um exemplo de experiência de luta que contou com a ocupação generalizada de fábricas ocorreu em Portugal durante a Revolução dos Cravos. Aí também as relações com o mercado mundial representaram um muro intransponível para as cooperativas ou empresas em autogestão, processo analisado por João Bernardo na seguinte passagem:

“Temos um empresa, ou duas, ou três, quantas quisermos, onde os trabalhadores, mediante um processo de luta, ficaram com as instalações nas mãos e se vêem na necessidade de as fazer laborar. Mas no resto da sociedade existe capitalismo. (...) Então, das duas, uma: ou os trabalhadores organizam a produção que têm nas mãos segundo os novos critérios decorrentes das relações de luta, coletivos e igualitários – mas nesse caso o resultado é completamente antagônico dos princípios da produtividade capitalista e, porque restritos a uma empresa ou a uma região isolada ou a um único país, estes trabalhadores permanecem em inferioridade relativamente ao mercado mundial e são por ele sufocados, ou os trabalhadores se sujeitam aos critérios da produtividade capitalista – e neste caso têm de reintroduzir a disciplina patronal na fábrica, as hierarquias etc.”⁽³⁶⁾

O que de imediato pode-se deduzir é a impossibilidade de existirem “ilhas” no interior do capitalismo, de processos que se pretendem alternativas econômicas ao capital serem desenvolvidos no interior do mercado mundial capitalista. A autogestão numa só fábrica é tão impensável quanto o socialismo num só país. Mas isso não significa que as experiências existentes devam ser abortadas ou deixe de se buscar a criação de cooperativas a partir das fábricas em processo falimentar. Pois uma das características das cooperativas de produção e resistência, que as distinguem das outras formas de economia popular, social ou solidária, é precisamente o fato de estarem esses casos sujeitos a uma relação mais direta com o mercado capitalista.

De cooperativa de resistência à economia social

Nos parece que, tanto aos olhos de Rosa como em processos históricos recentes, deve-se ter sempre presente que o “muro” do mercado, enquanto existir, irá provocar perturbações profundas nos processos de luta para a manutenção dos postos de trabalho mediante o controle coletivo dos meios de produção. No entanto, se é preciso evitar o ceticismo, deve-se tentar contornar também as desilusões do voluntarismo. ⁽³⁷⁾

Motivos que nos levam a estipular como hipótese de trabalho que assistimos na década de 90 o surgimento de *cooperativas de resistências* (ao desemprego e à exclusão

³⁶ - BERNARDO, João. A autonomia das lutas operárias. In.: **Organização, trabalho e tecnologia**. Lúcia Bruno e Cleusa Saccardo (coordenadoras). São Paulo: Atlas, 1986. p.108.

³⁷ - Um importante debate sobre cooperativismo e autogestão reunindo Paul Singer e João Bernardo foi organizado recentemente por estudantes da USP, e publicado em **Democracia e Autogestão**. Temporaeas. Op., cit.

social) e não propriamente autogestão. São experiências que conformam um campo de práticas diferenciadas e superiores em relação ao cooperativismo tradicional, pois avançam na democratização da propriedade e das relações de trabalho. Enquanto forma associativa de produção e de resistência no atual estágio de acumulação do capital, apresentam potencial para a criação de ações anticapitalistas num ponto nevrálgico do sistema. Mas ainda assim cooperativa e, portanto, insuficiente enquanto prática de auto-organização dos trabalhadores nos locais de trabalho tendo em vista a sua própria emancipação social.

Com a sugestão do termo cooperativas de resistência não pretende-se alimentar o problema do nominalismo que já se faz presente no campo da economia solidária, como correntemente é denominado no Brasil esse campo de práticas. A diversidade das experiências corresponde à uma pluralidade de expressões e definições, indicando Corágio recentemente para a necessidade de serem superadas algumas debilidades teóricas que acompanham este curto mas intenso percurso da economia solidária, quando “as novas e velhas idéias renascidas vem envoltas em novos nomes ou em nomes redescobertos.”⁽³⁸⁾

A necessidade de diferenciar esse cooperativismo de novo tipo, seja do cooperativismo tradicional assimilado ao capitalismo, seja dos momentos mais avançados de luta dos trabalhadores que fundamentam o projeto de autogestão econômica e social, estimula a busca de uma definição que assimile o momento atual do capital, as suas contradições e os espaços que oferece para a experimentação de práticas alternativas ao “sistema-mundo”.

Para efeito de situar as expressões em maior evidência neste campo, podemos dizer que, até a metade da década de 90, o conteúdo político das experiências eram informadas pelos termos autogestão e cooperativismo, com significados diversos mas apresentando como núcleo comum as novas relações de propriedade das empresas. Fora isso, apenas algumas menções à co-gestão, em referência geralmente aos mecanismos de participação dos trabalhadores efetivados nas experiências. A expressão economia solidária surge entre nós em meados dos anos 90 e, até onde sabemos, foi Paul Singer quem primeiro formulou o conceito para tratar de “soluções não capitalistas” ao desemprego.⁽³⁹⁾ Este termo passou,

³⁸ - Para Corágio, “as diferenças de utopia, interesses ou propostas tentam diferenciar-se por certas palavras chave: economia social? Solidária? Popular? Do trabalho? Empresa social? Nesta diluição conceitual é preciso reconhecer que também os mesmos termos tem significados distintos, ao longo do tempo na mesma sociedade, e que sociedades contemporâneas, por várias razões: a) objetivas, porque se referem à realidades culturalmente distintas, a pesar de que formam parte de um mesmo processo de globalização e transformação estrutural; b) subjetivas, porque se interpretam desde marcos ou utopias distintas.” CORÁGIO, José L. Problematizando a economia solidária e a globalização alternativa. Intervenção no Encontro de Economia Solidária do Quebec/2001. [mimeo.]

³⁹ - SINGER, Paul. Desemprego: uma solução não-capitalista. In.: **Teoria e Debate**, revista trimestral da Fundação Perseu Abramo, do Partido dos Trabalhadores. No. 32. jul/ago/set 96. Neste artigo, após apontar para alguns limites das soluções tradicionais para o desemprego (formação profissional e o incentivo à criação de pequenos empreendimentos), Singer busca uma outra solução capitalista para o desemprego, que consiste basicamente na constituição de um setor econômico protegido. Esse setor deveria contar, além de um mercado protegido, de um crédito solidário, formação profissional, centros de pesquisa, incubadoras, etc., pois “a debilidade da pequena empresa e do autônomo é o seu isolamento.” A cooperativa seria uma espécie de grande

desde então, a figurar como portador de um conteúdo mais abrangente, reunindo tanto as experiências de produção realizadas a partir de empresas falidas como iniciativas no campo do consumo, da comercialização, cooperativas rurais vinculadas ou não ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e outras formas de produção realizadas em setores marginais, como a reciclagem de lixo e serviços como limpeza e reparos. Atualmente, este campo envolve uma pluralidade de organizações da sociedade civil, ONG's, associações, setores do sindicalismo, universidades e programas de políticas públicas em várias esferas de governo.

Apenas uma dessas instituições, a ANTEAG, que surge em 1994 reunindo de fato as principais experiências de fábricas recuperadas no Brasil, e que parece ser a que abrange atualmente as experiências de maior envergadura, indicou recentemente a existência de 365 empresas, envolvendo em torno de 36 mil trabalhadores.⁽⁴⁰⁾ Daí a necessidade de avaliarmos o discurso fundador da ANTEAG e a direção que aponta para as cooperativas de resistência no Brasil.

A ANTEAG

A partir de 1994, a reunião das experiências existentes num organismo único confere de imediato projeção à idéia de recuperação de empresas falidas, o que de fato materializa-se no crescimento das iniciativas e propostas de transferência da propriedade de empresas para os trabalhadores.⁽⁴¹⁾ Ao multiplicarem-se, essas experiências encontram na ANTEAG um ponto de referência importante, seja pelo trabalho de assessoria econômica e jurídica realizada pelos técnicos da Associação, seja pelos mecanismos de acesso que foram sendo

“franqueadora múltipla”, atuando em qualquer setor, possuída e comandada pelos próprios trabalhadores. Entende Singer que desta economia solidária poderia germinar um novo modo de produção: *“A economia solidária deve ser um outro espaço livre para a experimentação organizacional porque só a tentativa e o erro podem revelar as formas que combinam o melhor atendimento ao consumidor com a auto-realização do produtor. Se estas formas organizacionais forem encontradas - elas certamente serão muito diferentes da empresa capitalista – haverá boa probabilidade de que elas sejam a semente de um novo modo de produção.”* Logo em seguida, Singer publica dois artigos simultâneos na Folha de São Paulo explorando essas idéias: “Economia solidária contra do desemprego”, de 11 de julho; e “Autogestão contra do desemprego”, de 22 de junho de 1996.

⁴⁰ - Economia Solidária e Democracia. **Anteag**. In.: Alternativa Concreta de Radicalização da Democracia, Desenvolvimento Humano, Solidário e Sustentável. Caderno de Textos do GT Economia Popular Solidária. **IIº Fórum Social Mundial**. Porto Alegre, 2002. pp. 18-20.

⁴¹ - A fundação a Anteag se deu com 11 experiências ou projetos. Após um ano eram 28 projetos, envolvendo cerca de 11 mil trabalhadores, associados à ANTEAG (Folha de São Paulo, 01/08/95). Em 99, eram 56 experiências em andamento no Brasil. (Folha de São Paulo, 08/08/99). Em agosto de 2000, Cido Faria fala em 103 projetos, com previsão para acabar o ano com 140 e 30 mil postos de trabalho. Em 2003, são mencionados 207 empresas recuperadas, de um total de 682 projetos (Jornal DCI – Comércio, Indústria e Serviços, 15/8/2003). Em agosto de 2004, no 11º. Encontro Nacional da Anteag, não foi divulgado o número total de empresas recuperadas. No entanto, no mesmo período, no I Encontro Nacional de empreendimentos de Economia Solidária, em agosto de 2004, contou a presença de 260 cooperativas e 15 “empresas autogestionárias” (Documento: Características dos participantes do I ENEES. s/d. [mimeo]. Mas a prudência (e alguma experiência própria) alerta que é preciso contar sempre com a possibilidade de os números estarem inflacionados, tanto nas associações como nos dados resultantes de políticas públicas para a economia solidária. Um exemplo apenas: recentemente, num seminário realizado em Brasília pela SENAES/MTE, foi apresentada uma pesquisa em andamento que visa “mapear a economia solidária” no Brasil, informando um dos coordenadores a apuração até aquele momento de mais de 20 mil experiências. Detalhe: apenas 10% tinha conhecimento do tema ou sabia fazer parte dessa economia.

conquistados junto às instituições financeiras e de crédito. Ademais, o apoio da Associação parece determinante no convencimento dos trabalhadores, sobretudo quando os débitos trabalhistas encontram-se envolvidos nas negociações para a aquisição da empresa. Neste primeiro período, e até o final dos anos 90, os processos de recuperação das empresas falidas com a transferência da propriedade para os trabalhadores tem apresentado algumas características gerais comuns⁽⁴²⁾, das quais destacamos as seguintes:

- a quase totalidade das experiências resulta da recuperação de empresas familiares, sendo a falência ou estado pré-falimentar, em muitos casos, fruto de um processo de sucessão familiar mal sucedido; não é raro encontrarmos fábricas fundadas no início do século XX, com maquinários com mais de 50 anos.⁽⁴³⁾
- via de regra, essas empresas já carregam no ventre um passivo trabalhista vultoso, sendo comum os trabalhadores vivenciarem longos períodos com salários em atraso e o não recolhimento pelas empresas dos direitos trabalhistas e sociais devidos durante meses e, por vezes, vários anos;
- na iminência do encerramento das atividades, os trabalhadores mobilizam-se para a reivindicação dos direitos trabalhistas e, neste momento, surge a perspectiva de manutenção da fábrica em funcionamento com o afastamento dos antigos proprietários;
- nas experiências de fábricas recuperadas, o sindicato assume o papel de protagonista ativo na organização dos trabalhadores, na apresentação e discussão das possibilidades para a manutenção da empresa em funcionamento, na negociação com os ex-proprietários e com os organismos públicos e privados para a busca de financiamento. Por vezes, o sindicato torna-se também co-responsável na gestão dessas empresas sob o controle dos trabalhadores;
- pode ocorrer de os trabalhadores abrirem mão dos seus direitos trabalhistas e verbas rescisórias contratuais em troca da propriedade coletiva dos meios de produção das empresas;
- na grande maioria dos casos, opta-se pela utilização da forma cooperativista, na ausência de uma marco legal que reconheça as especificidades deste fenômeno recente no Brasil; atualmente, podem ser também SA's, Ltda, etc.
- é comum verificarmos a utilização do termo autogestão, que pretende abranger tanto as alterações verificadas na forma de propriedade das empresas, como também as características democráticas que devem presidir a organização do processo de trabalho e a forma gestão da cooperativa;

⁴² - Além das referências já citadas de estudos de caso sobre as experiências de recuperação de empresas falidas no Brasil, outros estudos desse tipo são: ESTEVES, Egeu G. Sócio, trabalhador, pessoa: negociações de entendimentos na construção cotidiana da autogestão de uma cooperativa industrial. (Dissertação de Mestrado em Psicologia Social). São Paulo: **USP**, 2004.; HILLERSTEIN, M. Autogestão: a experiência das organizações autogestionárias do setor cristaleiro de Blumenau e Indaial. (Dissertação de Mestrado em Sociologia Política). Florianópolis: **UFSC**, 2002.; ODA, Nilson T. Gestão e trabalho em cooperativas de produção: dilemas e alternativas à participação. (Dissertação de Mestrado). São Paulo: **Escola Politécnica da USP**, 2001.; PARRA, Henrique Z. Liberdade e necessidade: empresas de trabalhadores autogeridas e a construção sócio-política da economia. (Dissertação de Mestrado). São Paulo: **USP**, 2002.; SILVA, Tânia N. A participação dos cooperados na gestão de cooperativas de produção: uma análise da separação entre propriedade e controle. (Dissertação de Mestrado em Administração). São Paulo: **USP**, 1994.;

⁴³ - Recentemente, o autor participou da pesquisa "Referências Conceituais para Ações Integradas: uma tipologia da autogestão: cooperativas e empreendimentos de produção industrial autogestionários provenientes de massas falidas ou em estado pré-falimentar. Convênio MTE/IPEA/ANPEC" (Janeiro-Abri/2005), que estudou 28 experiências de fábricas recuperadas no Brasil. Utilizo aqui alguns dados disponíveis no seu relatório final, principalmente os de 8 experiências que pude visitar no âmbito deste trabalho, que são: Cooperminas (SC); Coopermetal (SC); Coopermaq (SC); Cipla (SC); Interfibra (SC); Cooperbotões (PR); Cooparj (RJ); Projeto Catende Harmonia (PE). Deste projeto, sob a coordenação do Prof. Dr. José Carlos Tauille (UFRJ), participaram também H. Rodrigues e Luana Vilutis.

- o reinício das atividades, no entanto, mantém geralmente os trabalhadores no interior dos lugares determinados pela divisão do trabalho, para laborarem agora num quadro em que a propriedade da empresa é coletiva e detida pelo conjunto dos associados da cooperativa;
- essa a situação nova por certo que impacta na motivação dos trabalhadores, pelo menos por um certo período, e os torna mais inclinados para a realização das tarefas produtivas com maior empenho e zelo;
- isto significa que, nessas experiências, a “estratégia competitiva” pode lançar mão de mecanismos como a extensão da jornada de trabalho não remunerada ou mesmo a flexibilização da massa salarial de acordo com as oscilações do mercado;
- em outras palavras, na impossibilidade eventual de um investimento em novas tecnologias, essas empresas podem lançar mão de mecanismos característicos da mais-valia absoluta⁽⁴⁴⁾ para a realização dos seus processos econômicos.

Nos estudos de caso realizados sobre experiências de empresas recuperadas, um aspecto comum é a identificação de um “clima de liberdade” nos locais de trabalho e de um afrouxamento das funções de chefia e supervisão. Mas isso não significa o desaparecimento do caráter heterônomo do trabalho ou da subsunção do processo produtivo aos ditames da lei do valor. Ao nosso ver, é na resolução desta tensão entre as novas relações projetadas pela conquista da empresa e detenção coletiva da propriedade dos meios de produção, por um lado, e as condições necessárias para a realização da produção no mercado, por outro, que se situa e ganha legitimidade a função dos gestores dessas empresas. E vamos poder ver como essa tensão se resolve na ideologia da Anteag.

Nesse primeiro período, as expressões autogestão e cooperativismo são utilizadas correntemente para designar essas novas experiências. Além desses termos, aparece em algumas situações a palavra cogestão, para referir-se à algumas experiências que surgem em associação com os proprietários capitalistas, em que os trabalhadores adquirem uma parte das ações da empresa.⁽⁴⁵⁾

Amparado na perspectiva de geração de trabalho e renda, pode-se dizer que o discurso inaugural da Anteag procura articular dois vetores de práticas: primeiro, as práticas resultantes dos quadros técnicos e gestores dos empreendimentos, articulando a participação dos trabalhadores na propriedade das empresas – inspirada no modelo norte-

⁴⁴ - De forma geral, a mais-valia absoluta é obtida sem a alteração das condições técnicas de produção, verificando-se o aumento da exploração da força de trabalho pelo prolongamento da jornada de trabalho ou o aumento da intensidade do trabalho. Em contraposição, a mais valia relativa, motor do modo de produção capitalista como modo de exploração da força de trabalho, realiza-se mediante a introdução de novas tecnologias que reduzem o trabalho vivo ou a reorganização do processo de trabalho. MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. pp.25—256. *Volume I, Seção IV – A produção da mais-valia relativa*. João Bernardo desenvolve contemporaneamente esta relação entre mais-valia relativa e absoluta para explicar o desenvolvimento atual do capitalismo. BERNARDO, João. **Economia dos conflitos sociais**. São Paulo: Cortês, 1991., pp.63-135.

⁴⁵ - Como exemplos de experiências que iniciaram com processos de cogestão, pode-se citar a Coopervest (Aracajú/SE), Conforja (atualmente Uniforja, em Diadema/SP) e a Frunorte(Vale do Assú/RN. Não é por acaso, portanto, que a sigla Anteag significa desde a sua fundação “Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária”.

americano do ESOP –*Employee Stock Ownership Plan*⁽⁴⁶⁾ - com a valorização dos critérios de eficácia econômica, de viabilidade e competitividade das experiências; segundo, a Associação incorpora do discurso sindical o tema da autogestão e do controle dos trabalhadores sobre o processo de trabalho. Do ponto de vista dos trabalhadores, longe de resultar numa equação simples, o discurso da Anteag resulta num campo fértil para o desenvolvimento de relações ambíguas no interior das fábricas recuperadas entre os gestores e os produtores imediatos. Antes de mais nada, é preciso ver o que significa o modelo ESOP, importado pela ANTEAG.

Para João Bernardo, o ESOP insere-se nas manifestações contemporâneas das ações sindicais na reprodução do capitalismo, manifestações estas que são articuladas para delinear um fenômeno novo: o “capitalismo dos sindicatos”.⁽⁴⁷⁾ No caso americano, o ESOP serve como “enquadramento legal e institucional” para a aquisição de ações e participação dos sindicatos no conselho de administração das empresas. A partir dos incentivos fiscais e juros subsidiados por lei, o ESOP relaciona-se diretamente com a administração da empresa que terá suas ações adquiridas total ou parcialmente pelos trabalhadores. O ESOP contrai um empréstimo bancário no valor do montante das ações adquiridas da empresa, retendo-as em forma de *trustee* dos trabalhadores. A empresa, então, deduz dos salários uma percentagem que será destinada ao ESOP, que quita o empréstimo e reparte as ações entre os trabalhadores. O “verdadeiro controle” sobre esse processo é exercido pelo próprio ESOP; pelos dirigentes sindicais, porque participam na tomada de decisões na empresa; e os administradores da empresa, uma vez que “os trustees do ESOP são gestores da própria companhia, ou então gestores bancários nomeados pela sua administração”. Assim sendo, “a participação dos trabalhadores neste plano resume-se em financiar a aquisição das ações, cuja propriedade formal pagam com uma redução praticada nos salários.”⁽⁴⁸⁾ Ainda que financiem a aquisição das ações das empresas, “só num sentido humorístico” poderão considerar-se os verdadeiros proprietários do capital. Nesta análise, a questão da

⁴⁶ - "Nós sempre usamos o ESOP como um modelo inicial, sempre dando o exemplo. O exemplo é o seguinte: esse negócio de autogestão não é novidade, isso aí existe na Inglaterra, existe nos Estados Unidos, na Espanha... Mas só que nós vamos adaptar o modelo em função de gerar emprego e renda, dentro de um sistema capitalista, mas que o trabalhador possa ter consciência e tal. Aparecido de Faria, diretor da ANTEAG. Entrevista concedida ao autor no dia 16 de abril de 1995 nas dependências da Cerâmica Matarazzo, São Caetano/SP, na época uma experiência de empresa recuperada.

⁴⁷ - BERNARDO, João. **Capital, sindicatos e gestores**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1987. (Biblioteca do Futuro, 6). Para o autor, as estruturas sindicais atuam na perpetuação do capitalismo na medida em que “*mantém a luta dentro dos limites do negociável*”, servindo como “*gestores do mercado de trabalho*” e integrando-se, por isso, “*nas classes capitalistas que em conjunto organizam o processo de exploração e geram o seu funcionamento*”. Além disso, verifica que os sindicatos têm-se convertido muitas vezes em “*padrões capitalistas*”, quando aplicam as cotizações dos trabalhadores não em atividades anti-capitalistas, mas “*em conexão*” com as ações capitalistas. O desenvolvimento do capitalismo dos sindicatos resultou de um duplo movimento: “*Num primeiro movimento, é o controle exercido pelos dirigentes sobre a força de trabalho, para mantê-la encerrada nos limites do capital, que possibilita o desenvolvimento do capitalismo dos sindicatos. Num segundo movimento, é nas empresas inseridas no capitalismo dos sindicatos que o controle sobre a força de trabalho pode chegar à formas extremas.*” João Bernardo apresenta as manifestações contemporâneas do capitalismo dos sindicatos na Alemanha, Israel, Suécia, Estados Unidos, Venezuela, México e Reino Unido. (pp.13-57)

⁴⁸ - Id., *ibid.*, p.27-28.

propriedade é, portanto, secundária, isto é, não é suficiente a sua transformação de propriedade individual ou particular em propriedade coletiva. Para saber se estas ações pretendem-se anti-capitalistas, é preciso verificar como resulta a forma de controle sobre o processo produtivo.⁽⁴⁹⁾

Levando-se em conta as implicações que envolvem o ESOP, podemos então iniciar a nossa exposição do modelo da Anteag. Havíamos mencionado que a tentativa de conjugação entre as práticas dos gestores e trabalhadores resultava num campo fértil para as expressões ambíguas das relações sociais no interior deste modelo de autogestão. Durante esta primeira fase, a Associação formulou seus objetivos em três pontos que sintetizam essa ambigüidade:

"1º Amenizar o problema social. O objetivo social primordial do projeto de autogestão é recuperar parcialmente a mão-de-obra desempregada. Conseqüentemente, este objetivo não significa 'fazer caridade', e sim buscar o compromisso das pessoas em relação a um trabalho de inteligência coletiva/social.

2º Um segundo objetivo é mostrar à sociedade em geral e ao patronato em particular que os trabalhadores são capazes, responsáveis e inteligentes. (...) O grande objetivo da autogestão é mostrar que os trabalhadores são capazes e competentes para administrar suas empresas com transparência, democracia e responsabilidade.

3º Um terceiro objetivo é ser lucrativo. Os trabalhadores vão usufruir coletivamente do lucro e dar-lhe uma destinação social/coletiva. Para isso os projetos produtivos têm que ser viáveis econômica/ financeiramente."⁽⁵⁰⁾

Esses objetivos poderiam ser fartamente explorados em termos de análise de discurso, examinando-se, por exemplo, as variações nos termos empregados (mão-de-obra, trabalhadores, pessoas), no significado da intenção de "mostrar" ao patronato que os trabalhadores são capazes e inteligentes, etc. O que pensamos ser importante destacar é essa proposta de equacionar a posse coletiva dos meios de produção pelos trabalhadores com a assimilação simultânea dos critérios de eficácia do capital. Ou seja, a busca do lucro e da viabilidade econômica demonstraria que os trabalhadores são capazes administrativamente, tanto quando o patronato, ou mais, pois aí os lucros teriam destinação social/coletiva. Trata-se de uma equação que só pode dar lugar à ambigüidade, pois se a classe trabalhadora apodera-se dos meios de produção coletivamente e desenvolve uma forma de gestão baseada no coletivo, isto é, de forma autogestionária, os critérios de eficácia social da produção não podem ser os mesmos de uma gestão pautada na propriedade individual e na busca do lucro.

⁴⁹ - "A substituição da propriedade individual e particular por uma forma de propriedade coletiva a uma instituição, seja esta o Estado, o exército, um sindicato, exige desde logo que perguntemos: quem controla e gere tal instituição? É essa a questão crucial para saber se dadas modificações eliminam o capitalismo ou o reproduzem. Id., ibid., p.9.

⁵⁰ - Nosso modelo de autogestão. ANTEAG. Documentos do II Encontro Nacional da ANTEAG. Maio/95. p.5.

O modelo de autogestão da Anteag, ao invés de partir do reconhecimento dessa natureza híbrida das cooperativas industriais desenvolvidas no interior do capitalismo, procura dirimir as contradições que encerram essas experiências de recuperação de empresas em que os trabalhadores laboram na condição de proprietários dos meios de produção. Assim, por exemplo, no modelo de autogestão da Anteag, os conflitos recebem um tratamento especial, pois

“...mesmo numa fábrica gerenciada pelos trabalhadores, os conflitos continuarão existindo. O sistema é capitalista, de conflitos e a fábrica é capitalista, competitiva e que objetiva, em última análise, maximizar a mais valia. Porém, a maneira como os conflitos são tratados é diferente. As Equipes de Trabalho por fábrica e o Sindicato dos Trabalhadores têm um papel fundamental no projeto.”⁽⁵¹⁾

Sem dúvida que o sistema é capitalista, de exploração econômica da força de trabalho, cuja expressão teórica foi desenvolvida por Marx com o conceito de mais-valia. E como o modelo da mais-valia é aberto aos conflitos sociais⁽⁵²⁾, as fábricas recuperadas pelos trabalhadores não estão deles imunes. Então, sendo a “fábrica dos trabalhadores” uma “fábrica capitalista”, pode-se chegar à formulação de que aí os trabalhadores buscam “maximizar a mais-valia”, o que quer dizer que buscam maximizar a própria exploração. Esse parece ser um dos pontos cimeiros a que chega o modelo de autogestão da Anteag, ao pretender alinhar o campo das práticas dos trabalhadores ao ideário capitalista, pela transformação dos trabalhadores nos seus próprios exploradores. Singer chega a uma formulação semelhante, quando afirma que nas cooperativas os trabalhadores podem “se auto-explorar menos”.

Dito de outra maneira, o modelo de autogestão da Anteag articula, por um lado, elementos ideológicos decorrentes de práticas anti-capitalistas, onde a gestão da empresa é exercida, por exemplo, através da “participação direta dos trabalhadores na tomada de decisões e no controle dos meios de produção”⁽⁵³⁾; por outro lado, agrega elementos ideológicos que expressam uma forma transformada de realização das práticas do capital, em que a participação dos trabalhadores está subsumida à “capacidade/conhecimento” dos

51 - **Anteag**. Nosso modelo... Op.cit., p.5.

52 - “A estrutura do modelo da mais-valia é a de uma relação social, entendida como movimento de tensão entre dois pólos. Num extremo temos a submissão da força de trabalho ao capital: o tempo de trabalho incorporado na força de trabalho é a formação e a reprodução dessa força de trabalho, mediante o consumo de bens materiais e serviços permitido pelo montante da remuneração recebida; só na seqüência do assalariamento pode a força de trabalho incorporar em si tempo de trabalho mediante o consumo de bens. No outro extremo temos a apropriação pelo capital do produto do processo de produção: o produto em que a força de trabalho incorpora tempo de trabalho é-lhe socialmente alheio, pertence ao capital, que começou por assalariá-la; e o assalariamento surge assim como possibilidade de reproduzir o modelo, permitindo à força de trabalho consumir algo do que produziu, para poder produzir de novo.” O modelo da mais-valia é aberto aos conflitos sociais na medida em que o elemento articulador dos dois pólos dessa relação é a força de trabalho entendida como capacidade de ação, e é essa “ação da força de trabalho que ao mesmo tempo institui a equivalência pela incorporação do tempo de trabalho, e implanta o conflito, pela defasagem entre os tempos de trabalho incorporados. Esta privação exprime a privação em que a força de trabalho se encontra relativamente ao controle do processo de trabalho, do destino do produto e do seu consumo.” BERNARDO, João. **Economia dos....** Op., cit., pp.15-62.

53 - **Anteag**. Nosso modelo... Op., cit., p.8.

capitalistas na gestão dos processos econômicos, o que implica, por exemplo, numa hierarquia de decisões: "numa empresa há diferentes níveis para se tomar decisões. As decisões no fluxo produtivo (operacionais) são tomadas em cada equipe de trabalho, via coordenadores. (...) As decisões técnico/administrativas são tomadas pela diretoria e administração da empresa. A diretoria foi votada para administrar e decidir."⁽⁵⁴⁾

Essa separação entre a esfera de gestão propriamente dita e a esfera de participação dos trabalhadores, geralmente restrita à forma de realização das tarefas no processo de trabalho, nos permite situar este modelo da Anteag para as fábricas recuperadas no interior do campo da participação dos trabalhadores e, nesse caso, , no seu ponto mais avançado que é a cogestão. Este tipo de participação funcional significa, em última análise, que não se trata assumirem os trabalhadores o poder da empresa, mas de manterem uma relação de proximidade em relação ao poder. A participação dá-se numa atividade já existente, isto é, em que vigora a divisão do trabalho e a separação entre dirigentes e dirigidos no processo de produção material. Uma das instituições centrais da cogetão é o comitê de empresa, espaço institucionalizado de comunicação entre base e cúpula e para onde serão canalizados os conflitos internos da empresa. ⁽⁵⁵⁾

A condição de proprietários da empresa e a existência de mecanismos formais de participação e resolução dos conflitos impactam, pelo menos por um certo período, na motivação dos trabalhadores, na sua disposição para a realização das atividades produtivas. Detentores da propriedade da empresa em que laboram, com mecanismos institucionais para o tratamento dos conflitos internos, as energias dos trabalhadores podem assim ser canalizadas para o aumento da produtividade e a melhoria da qualidade dos produtos.⁽⁵⁶⁾ Paul Singer entende esse processo da seguinte maneira:

“O salvamento dessas empresas se explica basicamente pela mudança nas relações sociais de produção que sua transformação em cooperativas

⁵⁴ - Id., *ibid.*, p.6.

⁵⁵ - Segundo Fernando Motta, *“a participação tem tantos significados quantos são os contextos específicos em que se desenvolve. Evidentemente, a primeira reflexão sobre o termo já evoca o fato de que não se trata de assumir um poder, mas de ter, de alguma maneira, algum nível de proximidade em relação a esse poder.”* MOTTA, Fernando C. P. **Participação e co-gestão: novas formas de administração.** São Paulo: Brasiliense, 1992. p.11. Sobre esse tema, ver também TRAGTENBERG, Maurício. **Administração, poder e ideologia.** São Paulo: Moraes, 1980. pp.44-95.

⁵⁶ - *“Em processo de transição para a autogestão, a Cerâmica Matarazzo, de São Caetano, tinha produção de 210 mil metros quadrados de azulejos por mês. ‘Só com conversas, a produção subiu para 210 mil metros quadrados por mês’, relata Aparecido de Faria”.* Folha de São Paulo, 02/04/1994. cad-2; p.4. Na empresa Sakai, uma fábrica de móveis para cozinha localizada na grande São Paulo, os trabalhadores empregaram o dinheiro do fundo de garantia para a compra de material. Para um trabalhador da empresa, no entanto, a situação *“não mudou muito não, eu estou ganhando menos e acho que a responsabilidade é maior”.* Revista **Atenção.** Ano 2., n.4. março de 1996. pp. 28-31. Na Cobertores Parahyba, segundo o presidente do sindicato, *“nas vésperas de feriado eles costumavam correr para o sindicato atrás de umas folgas extras. Hoje nem passam mais por lá, ficam trabalhando”.* Nessa fábrica, a *“autogestão”* reduziu o absenteísmo para zero, enquanto antes apresentava uma média de 8%. **Revista Isto É.** nº 1288, 8/6/1994. p.88. Na Usina Catende, na Zona da Mata Sul/PE, tem-se verificado aumento de produtividade. **Carta Maior,** Agência de Notícias, 16/08/2004. Na Uniforja, além do aumento da produtividade, o assessor da Unisol Cooperativas aponta também os avanços obtidos na redução dos custos. Folha de São Paulo, 29/07/2001. Na Cristais Cambé, transformada em cooperativa, *“a produtividade da fábrica cresceu 25% desde o início da cooperativa e o número de faltas foi reduzido”.* (Folha de São Paulo, 08/08/1999).

acarretou. A distinção entre capital e trabalho foi apagada. Na autogestão, todos os trabalhadores são sócios por igual da empresa: os gestores deixam de mandar nos que executam as tarefas, passando a coordená-los e assisti-los. Os cooperados elegem os responsáveis pela firma, cuja função é executar as diretrizes que o pessoal como um todo aprova.

“É do interesse de todos que a produção seja efetuada com o máximo de eficiência. A folha de pagamento deixa de ser rígida. O pró-labore dos cooperados depende da receita obtida com a venda da produção, o que permite à empresa resistir a adversidades do mercado muito melhor do que outras, em que eventual atraso do pagamento dos salários é logo respondido com queda da produção.

“A produtividade na cooperativa aumenta, e todo tipo de desperdício diminui, em virtude da maior motivação dos trabalhadores.”⁵⁷⁾

Pode-se perceber nessa formulação uma síntese das relações ambíguas que os trabalhadores vivenciam no interior das fábricas recuperadas. Antes de tudo, não foram as relações sociais de produção que sofreram alterações nas empresas recuperadas. Se mudanças houve, foi nas relações de propriedade, e é bem possível que as relações de trabalho também tenham se modificado. As relações sociais de produção são as que caracterizam este modo de produção como modo de exploração, as que determinam o prevalescimento da lei do valor, e a não ser que essas experiências consigam desenvolver-se sem qualquer contato com as instituições centrais do capitalismo, as relações sociais de produção permanecem capitalistas. Do mesmo modo, afirmar o desaparecimento da distinção entre capital e trabalho serve apenas para aumentar a motivação dos trabalhadores e aumentar-lhes a produtividade. O capital não desaparece com a mudança nas relações de propriedade, com a saída dos antigos proprietários capitalistas. O capital é uma relação social e as classes sociais definem-se pelas funções que ocupam no processo de produção, e não pelo título de propriedade. Se os patrões são o “capital personificado”, como definiu Marx, os gestores são o capital coletivo, cujo poder independe da propriedade para levar adiante a realização dos processos de trabalho como processo de valorização, isto é, como processo de exploração.

A produtividade aumenta nos momentos iniciais das experiências de fábricas recuperadas, como se pode esperar. Já mencionamos anteriormente que isso deve-se também ao fato de poderem lançar mão com facilidade dos mecanismos da mais-valia absoluta, isto é, da extensão da jornada de trabalho e do aumento do ritmo do trabalho. Além disso, podem resultar na redução das práticas de sabotagem e dos desperdícios, a que os trabalhadores sempre lançaram mão, e que são uma expressão dos conflitos sociais que tem lugar no interior das unidades produtivas. Mas o outro ponto central que explica essa possibilidade de recuperação dessas experiências é precisamente a flexibilização da folha de pagamento, mencionada por Singer acima.

⁵⁷ - Folha de São Paulo, 25/07/1998. Artigo: “A volta por cima”.

Aparecido de Faria chegou a denominar isso de “reengenharia administrativa do ponto de vista do trabalhador, reduzindo custos e aumentando a eficiência operacional,”⁽⁵⁸⁾ Essa reengenharia tem como um dos pilares a flexibilidade salarial. “Os salários ou retiradas, em últimas análise, dependem da produção e das vendas. Caso haja queda da produção e do faturamento haverá conseqüentemente redução proporcional nos salários e nas retiradas mensais.”⁽⁵⁹⁾ Neste caso, a legislação cooperativista apresenta uma vantagem para o modelo de autogestão da Anteag.

“No processo [de reabertura da empresa] se decide se a nova empresa será um cooperativa (cotas iguais para todos em função do passivo trabalhista) ou uma associação (o trabalhador tem o controle e é operário e sócio da associação ao mesmo tempo), (...). Ele [Aparecido de Faria] conta que incentiva o modelo de cooperativa porque reduz os encargos trabalhistas. O cooperado recebe por meio de pró-labore (remuneração por serviço prestado) com valor flutuante e não superior a 20% do faturamento”.⁽⁶⁰⁾

Neste aspecto, os gestores das fábricas recuperadas encontram algumas condições para a realização dos processos econômicos que a classe capitalista brasileira vem sonhando desde sempre, isto é, um quadro de trabalhadores comprometidos e motivados, conflitos devidamente tratados em canais formais instituídos e controláveis, apoio do sindicato e flexibilização da massa salarial.

No momento atual, pode-se verificar algumas modificações sinalizadoras na forma de tratamento dispendida pela Anteag para certas questões antes silenciadas (relação entre os trabalhadores e a direção dos empreendimentos, formas de participação ampliadas dos trabalhadores, diferença de remunerações, etc.) e a problematização de novos temas (a tecnologia adequada, independência em relação ao Estado e aos recursos públicos, ênfase maior na educação etc.).⁽⁶¹⁾ Pode-se falar de um processo de reelaboração interno do modelo da Anteag que parece apontar para um deslocamento em direção ao aprofundamento do significado político da autogestão, enquanto parte integrante de um projeto de emancipação da classe trabalhadora. Este processo está em curso, de maneira que é preciso acompanhar a sua cristalização numa nova síntese discursiva.⁽⁶²⁾

⁵⁸ - **Anteag**. Como salvar... Op., cit., p.6.

⁵⁹ - **Anteag**. Modelo de contrato... Op., cit., p.7.

⁶⁰ - Folha de São Paulo, 29/05/1995.

⁶¹ - No 1º Congresso Brasileiro dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão (Resoluções, **Anteag**, 2003), por exemplo, podemos perceber as seguintes questões: os questionamentos ao papel do mercado para as empresas de autogestão; a necessidade de coerência entre meios e fins; a necessidade de impedir a contratação de assalariados com status diferenciado no interior das empresas recuperadas; ruptura com a lógica da “qualidade total”; a tarefa de politizar a tarefa de gestão e administração das empresas; a necessidade de colocar em discussão a relação saber-poder; a participação que vá além dos mecanismos formais; etc.

⁶² - “A economia solidária e a autogestão têm se constituído atualmente como terreno de disputa. Decorrentes do processo de crescimento do número e do interesse por empreendimentos de autogestão, surgem novas perspectivas e, principalmente, novos problemas para a constituição e desenvolvimento dos projetos. No começo era fundamental conhecer os elementos básicos (os alicerces) da autogestão principalmente em suas dimensões econômicas, jurídicas, sociais e administrativas. Era questão de vida ou de morte promover a construção efetiva dos projetos e divulgar suas realizações...(...). Agora, nossas ações requerem aprofundamento teórico e prático das questões relacionadas à autogestão e à economia solidária, à qualificação

Neste período de desenvolvimento da Anteag, são mencionados como principais articuladores ou atores que contribuíram para o espaço social conquistado, de maneira especial, Betinho e Paul Singer. O primeiro foi o responsável por introduzir a Anteag nos projetos da Secretaria de Formação do MTE, durante o primeiro Governo Fernando Henrique. Daí nasceu um projeto de formação para os dirigentes das empresas recuperadas, denominado pela Anteag de “*MBA em autogestão*” (*Master Business of Administração*). E Paul Singer, pelo menos desde 96, vem contribuindo para o desenvolvimento prático e teórico do campo da economia solidária, inclusive como membro do Conselho Nacional da Anteag.

Antes de passarmos para a próxima seção, cabe mencionar algo sobre uma das experiências mais importantes e interessantes atualmente em andamento e que está inserida no campo da Anteag. Trata-se do Projeto Catende, seguramente o maior e mais complexo processo de recuperação de empresa falida existente no Brasil. O Projeto Catende Harmonia desenvolve-se numa usina de açúcar fundada em 1892 a partir do antigo engenho Milagre da Conceição. A usina compreende 48 engenhos distribuídos em 26 mil hectares, abrangendo cinco municípios da Zona da Mata Sul de Pernambuco: Catende, Jaqueira, Palmares, Água Preta e Xexéu. A Usina passou por diversas mãos até se tornar a maior usina de açúcar da América Latina na década de 50, quando sob controle do “Tenente”, como era conhecido o coronel Antônio Ferreira da Costa. Tenente desenvolveu a região com a construção de uma estrada de ferro para o escoamento da produção e uma hidroelétrica para assegurar a energia, além de construir a primeira destilaria de álcool anidro do país. A Usina entrou em crise no final dos anos 80, com o fechamento do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA). A situação agravou-se em 1993, quando foram demitidos 2.300 trabalhadores dos engenhos. Teve início então a luta dos trabalhadores, que se recusaram a deixar as casas sem o recebimento dos direitos trabalhistas. Os sindicatos rurais, com o apoio da Contag, CUT e CPT, ajudaram na sustentação da luta para garantir os direitos trabalhistas. Em 1995, foi solicitada a falência da empresa, quando os trabalhadores assumiram o controle e deram início ao Projeto Catende. As dívidas da empresa somam cerca de R\$ 1,2 bilhão (o Banco do Brasil é o maior credor, com R\$ 480 milhões). O patrimônio é avaliado em R\$ 67 milhões, e o passivo trabalhista é de R\$ 62 milhões. Em 1998, os trabalhadores criaram a Cia. Agrícola Harmonia, uma sociedade anônima, que deverá receber o patrimônio da antiga Usina Catende. Em 2002, os agricultores criaram uma cooperativa de produção denominada Cooperativa Harmonia de Agricultores e Agricultoras Familiares, credores da antiga empresa e que habitam nas terras da Usina. No total, o projeto envolve, entre campo e indústria, cerca de 4 mil famílias, ou 20 mil pessoas. Além dos 48 engenhos e da usina de açúcar (parque industrial), o patrimônio envolve ainda

crescente no relacionamento com os projetos e à ampliação da área de atuação.” Anteag. 1º Congresso Brasileiro dos Trabalhadores... Op., cit., p.23.

uma hidroelétrica, uma olaria, uma marcenaria, um hospital, 7 açudes e canais de irrigação, frota de veículos e implementos (tratores, caminhões e enchedeiras), várias “casas grandes” (uma delas transformada em centro de educação). Em 7 anos de projeto, a taxa de analfabetismo baixou de 82% para 16,7%.⁽⁶³⁾

O Projeto Catende, pelo que já realizou em termos de mudança das relações de trabalho e de cultura política, vai muito além de uma simples recuperação de empresa falida, pois alcança a dimensão de um projeto alternativo de desenvolvimento econômico, social, cultural e político para a região do agreste pernambucano. Vale destacar, no entanto, que este projeto apresenta como diferencial, até mesmo em relação aos projetos de assentamento de reforma agrária, o fato de manter a terra e todas as instalações da Usina como propriedade social da totalidade dos participantes do projeto. Assim, no campo, articulam a agricultura familiar com a lavoura da cana em terras comuns.

Uma dissonância: CIPLA, INTERFIBRA e a estatização

Não poderemos tratar, neste momento, de outros atores importantes no desenvolvimento do campo da economia solidária no Brasil, como a Unisol Cooperativas (União e Solidariedade) criada sob a influência principal do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS/CUT), bem como das experiências realizadas no âmbito das políticas públicas nas três esferas. Essas experiências, em que pese as concepções próprias e em alguns casos divergentes, situam-se no âmbito da economia solidária e, neste aspecto, a distinção procede sobretudo das diferentes metodologias adotadas. Assim, de forma muito geral, a Unisol tem seu foco na recuperação de empresas e em experiências de reciclagem. A ADS/CUT, a partir do projeto com o Sebrae, busca a construção de “complexos cooperativos”, numa vertente mais empresarial que dialoga com os princípios da economia solidária. No âmbito das políticas públicas, a experiência do Governo do Rio Grande do Sul (Gestão Olívio) e da Prefeitura de São Paulo (Gestão Suplicy) realizaram metodologias diferenciadas, mas que de algum modo fundiram-se na estratégia da Senaes.

No entanto, uma experiência dissonante do campo das fábricas recuperadas, em relação às anteriormente mencionadas, foi desencadeada nas empresas Cipla e Interfibra, em Joinville/SC, a partir de 2002. Estas duas empresas pertenciam ao mesmo grupo, com certa de 1000 trabalhadores no total. Ao perceberem que ambas caminhavam para o fechamento, com salários atrasados em alguns meses e direitos sociais não depositados há vários anos, os trabalhadores entram em greve e, com o apoio de assessores e militantes

⁶³ - Nos baseamos aqui, sobretudo, no Plano de gestão de sustentabilidade autogestionária para a Usina Catende – Projeto Harmonia. **Anteag**. 2005. E em NASCIMENTO, Claudio. Do “Beco dos Sapos” aos canaviais de Catende. (Os “ciclos longos” das lutas autogestionárias). Brasília, Senaes, abril de 2005. [mimeo.].

do Partido dos Trabalhadores, assumem o controle das empresas. Inicialmente, os trabalhadores recusam assumir a propriedade da empresa ou trocar as dívidas trabalhistas pelos meios de produção, o que levaria à sua vinculação ao campo das fábricas recuperadas, seja pela criação de uma cooperativa, uma associação de produção ou outra empresa cujas ações seriam detidas pelo conjunto dos trabalhadores. No entanto, a direção do movimento dessas empresas posiciona-se frontalmente contrária à idéia de cooperativismo, de autogestão e de economia solidária.

A decisão que tomaram os trabalhadores, e pela qual batem-se desde então, consiste na luta pela estatização da empresa “para salvar os 1.000 postos de trabalhos”. Uma ampla mobilização é realizada com este objetivo, em especial a elaboração de uma Carta ao Presidente Lula que recolheu milhares de assinaturas e foi entregue pessoalmente numa caravana realizada pelos trabalhadores até Brasília. Para o governo, no entanto, a estatização das empresas “não está no cardápio”, eliminando qualquer apoio para esta finalidade. Com isso, os trabalhadores permanecem no controle das empresas levando a diante a produção. A proposta de estatização encontrou alguma repercussão em outras experiências de fábricas recuperadas, e, numa segunda caravana a Brasília, juntam-se aos trabalhadores da Cipla e Interfibra (Plástico, Joinville) os da Flasko (Plástico, Sumará/SP), da Flakepet (Reciclagem, Itapevi/SP), Cal Forte (fábrica de cal, Paraná), JB da Costa (Sabão, Recife), cujos trabalhadores haviam igualmente iniciado processos para a tomada da empresa e luta pela estatização.⁶⁴) Para essa nova vertente no campo das fábricas recuperadas,

“...frente à falência das empresas e à ameaça de desaparecimento dos postos de trabalho, a única perspectiva realista que sobra é o controle operário da produção, abertura dos livros (controle administrativo e financeiro) e a luta pela estatização das empresas. É a única alternativa que permite manter em primeiro plano a luta para salvar todos os empregos dos trabalhadores da fábrica, responsabilizando em última instância o capitalismo e seu Estado pela crise. Numa economia esmagada pelo capital financeiro especulativo não há saída para as empresas cooperativadas ou autogestionárias. A disputa pelo mercado, a pressão pela produtividade, pelas ‘vantagens comparativas’, empurram inexoravelmente toda a economia capitalista para o abismo. (...) Nenhuma Cooperativa ou Autogestão pode fugir disso. Estas tentativas terminam por transformar os operários em carrascos de si mesmos. E o pior, e mais grave, retiram deles a perspectiva de combate da classe trabalhadora contra a classe capitalista para terminar com toda opressão exploração sobre a humanidade. As cooperativas ou empresas autogeridas são levadas pela lógica da economia a buscar mercados, a competir, a combater e destruir as outras fábricas concorrentes, ou seja, destruir postos de trabalho de seus próprios irmãos. Afastar-se do eixo da luta pela

⁶⁴ - Uma recuperação do processo histórico dessa experiência e das posições políticas dos seus principais dirigentes encontra-se no “livro-reportagem” de NASCIMENTO, Janaina Quitério. **Fábrica quebrada é fábrica ocupada; Fábrica ocupada é fábrica estatizada**: a luta dos trabalhadores da Cipla e Interfibra para salvar 1000 empregos. Março de 2004.

estatização é inevitavelmente cair na vala reacionária da autogestão ou cooperativa.”⁽⁶⁵⁾

Para o assessor político e dirigente da Cipla/Interfibra, se o “prato” da estatização não faz parte das opções do governo, o “da dita ‘economia solidária’ é um prato envenenado”, de forma que essa experiência vem trilhando um caminho próprio, sem o estabelecimento de relações com as políticas públicas desenvolvidas no âmbito da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES/MTE), nem mesmo com quaisquer outras instituições de representação existentes, pois entendem que, neste campo da economia solidária,

“...a única perspectiva é a construção de um arquipélago de falanstérios, comunidades de produção, sem nenhum futuro. Eles buscam contornar a questão chave da existência do Estado e da economia determinada pelas relações sociais capitalistas de produção. É como se a lei do valor e a tendência a queda da taxa de juro não existisse e a sociedade não fosse controlada por uma classe social bem organizada e detentora dos meios de produção. Todos os outros que se dedicam à dita ‘economia solidária’ estão no mesmo barco do socialismo utópico de Fourier, que foi grande em seu tempo.”⁽⁶⁶⁾

A perspectiva do controle operário da produção tem uma história no movimento operário. Ao nosso ver, uma tese que parece aproximar-se das defendidas atualmente nas empresas que reivindicam a estatização das fábricas recuperadas é a de Ernest Mandel, para quem os trabalhadores deveriam rechaçar qualquer responsabilidade na gestão das empresas no modo de produção capitalista. O controle operário seria a institucionalização da dualidade de poderes nas empresas, com os trabalhadores mantendo uma posição de fiscalização e veto às decisões da administração. Inspirado na experiência dos soviets, Mandel entende o controle operário como uma reivindicação transitória da luta da classe trabalhadora, devendo a autogestão ser colocada em prática somente “depois da derrocada do domínio do capital”.⁽⁶⁷⁾

Esta experiência é recente e seus desdobramentos podem significar efetivamente a constituição de um campo novo no interior do movimento das fábricas recuperadas, cuja

⁶⁵ - GOULART, Serge. Estatização versus cooperativa: a luta para salvar 1070 empregos. [mimeo] Serge Goulart, membro do Conselho Unificado dos Trabalhadores da Cipla/Interfibra/Flasko. s/d.

⁶⁶ Serge Goulart. Apresentação. In.: NASCIMENTO, Janaina Q. **Fábrica quebrada...** Op., cit., p.15.

⁶⁷ - Sobre o controle operário, afirma Mandel: “A diferença fundamental entre idéias de ‘participação’ e ‘co-gestão’, por um lado, e o conceito de controle operário, por outro lado, pode resumir-se da seguinte maneira: o controle operário rechaça toda responsabilidade da parte dos sindicatos e/ou dos representantes dos trabalhadores na gestão das empresas; exige para os trabalhadores o direito de veto em toda uma série de domínios que se referem à sua existência cotidiana na empresa ou na duração do seu emprego. O controle operário rechaça todo tipo de segredo, toda ‘leitura de contabilidade’ por um grupo de burocratas sindicais escolhidos cuidadosamente e exige ao contrário a maior e mais completa difusão de todos os segredos que os trabalhadores possam descobrir não somente ao examinar a contabilidade patronal e as operações bancárias das empresas, mas também, e, sobretudo, confrontá-las com a realidade econômica que encobre. O controle operário rechaça toda a institucionalização, toda a idéia de converter-se, mesmo que seja só por um período transitório, em uma ‘parte integrante’ do sistema porque compreende que sua integração implica, necessariamente, na sua degeneração, em instrumento de conciliação entre as partes.” MANDEL, Ernest. **Controle obrero, consejos obreros, autogestión.** [Antologia]. México: Ediciones Era, 1977.p.23

crítica à autogestão e ao cooperativismo podem fazer avançar as formulações teóricas das instituições situadas no campo da economia solidária.

Um novo modo de produção?

A multiplicação das experiências e o aprofundamento da crise tem dado azo à proposições que consideram o campo da economia solidária como fundamento de um novo modo de produção, que se constitui ao lado ou em intersecção com o modo de produção capitalista e outros modos de produção. Lançada originalmente nos documentos da ANTEAG, essa tese vem sendo desenvolvida por Singer, como na seguinte passagem:

“A economia solidária é um outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. O resultado natural é a solidariedade e a igualdade, cuja reprodução, no entanto, exige mecanismos estatais de redistribuição solidária da renda.”⁽⁶⁸⁾

Síntese das formas de exposição das contradições que atravessam essas experiências, Singer segue a tendência de identificar o caráter novo da economia solidária com as relações de propriedade, deduzindo da posse coletiva dos meios de produção a supressão das classes sociais no interior dessas unidades produtivas. A posse da propriedade e a configuração de um ambiente de maior “liberdade” nas unidades produtivas, porém, não nos parecem suficientes para conformar um novo modo de produção. E também não resultam numa única classe de trabalhadores, uma vez que nessas experiências não deixam de existir as funções de classe, destinando-se quase sempre o monopólio direção do processo de produção à uma nova classe gestorial.⁽⁶⁹⁾

Não basta, como lembrou Quijano, que as iniciativas contem com a solidariedade como código ético para conferir viabilidade a um modo de produção que se pretenda

⁶⁸ - SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002. p.10.

⁶⁹ - Ilustrativo disso é o relato de Aparecido de Faria, um dos mentores e diretor da ANTEAG, sobre a forma de contratação de um “administrador profissional” para a Coopervest, uma unidade de produção que pertencia ao Grupo Vila Romana, em Aracaju/SE: “Nós estamos pegando um cara para mandar pra Aracajú. Ele vai custar cinco mil reais (aproximadamente cinco mil dólares) e mais participação no resultado. Mas é o cara que chega lá e fala assim: ‘eu vou ganhar pra vocês 2 milhões de dólares em termos de lucro, que eu quero 2% no fim do ano’. Quer dizer, ele não falou percentual, ele só falou que ele quer participação no resultado, porque os cooperados também vão participar no resultado. E ele quer autonomia pra poder administrar. Ele quer administrar o negócio pra ganhar dinheiro, e conhece tudo de confecções e têm contato lá no mundo empresarial e tal. Só que é de uma razoável confiança.” (Aparecido de Faria. Entrevista concedida ao autor no dia 16/04/1995.) Em outra fábrica, a Cobertores Parahyba, localizada em São José dos Campos/SP, também gerida por “administradores profissionais”, nos informa o presidente da Associação dos Funcionários que: “Por força dos Estatutos, o Conselho da A.F.F.C.P. nomeou para gerir a fábrica três profissionais de nível superior, pelo prazo de dois anos, podendo ou não serem reconduzidos para os cargos. Esses profissionais exerciam funções de dirigentes em empresas capitalistas (S/A's), eles sempre cumpriram suas funções em empresas capitalistas, e como você sabe, 'o uso do cachimbo faz a boca torta'. Esses dirigentes trazem vícios adquiridos para as empresas autogeridas, por isso gostam de ser ouvidos, mas abominam ouvir os companheiros.” (Clementino de Faria. Carta ao autor. 08.08.95)

alternativo ao capitalismo.⁽⁷⁰⁾ Tratando-se da constituição de sistemas alternativos de produção, o valor dessas proposições consiste precisamente em lançar como perspectiva a superação do capitalismo, reinstalando o debate sobre as formas de transição e constituição de um novo modo de produção por uma classe trabalhadora emancipada.

Estamos propondo que as experiências de fábricas recuperadas constituem-se conforma um campo novo, formado basicamente por cooperativas de resistência. Essas experiências são atravessadas por contradições e ambigüidades que resultam do seu próprio desenvolvimento no interior desse modo de produção. Um tratamento possível para essas contradições deve partir do reconhecimento da natureza híbrida das cooperativas ou, em outros termos, da necessidade de que seja claramente explicitado que essas experiências realizam-se no interior do capitalismo e sobretudo a partir da tomada de empresas cuja natureza essencial encontrava-se na autovalorização do capital. Os meios de produção, os objetos de trabalho, os produtos e a própria força de trabalho eram empregados até então no interior de um sistema produtor de mercadorias, e enquanto tal entravam e eram sorvidas no processo de produção material. A simples posse formal desses meios de produção ou a nova forma de propriedade que assumem não implica de imediato ou diretamente a transformação da natureza do processo de trabalho ou da sua dupla natureza, como demonstrou Marx, enquanto processo real de trabalho e do processo de valorização.⁽⁷¹⁾ Em que pesa as relações formais entre os produtores apresentar nas cooperativas um sentido próprio de existência enquanto valor de uso, enquanto capacidade de trabalho, ao ingressarem no processo real de trabalho o fazem enquanto, fundamentalmente, trabalho assalariado, como uma mercadoria especial, como valor de troca, condição necessária do processo de valorização, “como sangue e vida do capital”.

Autogestão ou o Problema da Autonomia

No Brasil, parece existir o risco de identificarmos a autogestão, cada vez mais, com um simples problema técnico de gestão industrial, enquanto estratégia que pode tornar-se eficaz e rentável em virtude da sua funcionalidade econômica. Essa perspectiva é apenas uma das variantes possíveis para a recuperação total do conceito pelo capitalismo, revelando o que Bookchin denomina o “grau de apropriação que as palavras sofrem na sociedade industrial.”⁽⁷²⁾

No discurso da Anteag, o termo autogestão encontra-se ancorado nos critérios técnicos formais decorrentes tanto da nova forma assumida pela propriedade da empresa,

⁷⁰ - QUIJANO, Anibal. Sistemas alternativos de produção? In.: **Produzir para Viver...** Op., cit., p.489.

⁷¹ - MARX, Karl. **Capítulo IV inédito de O Capital**: resultados do processo de produção imediato. São Paulo: Moraes, s/d.

⁷² - BOOKCHIN, Murray. Autogestão e tecnologias alternativas. In.: M. Bookchin. **Textos dispersos**. Lisboa: Socius, 1998. p.78.

como dos mecanismos institucionais de participação dos trabalhadores na gestão, ou da conjugação de ambos. De forma geral, o termo autogestão é utilizado como sinônimo de cooperativa ou de associação, depurado assim do significado que lhe foi conferido pelas experiências históricas do movimento operário, ou seja, retirando-se-lhe o conteúdo utópico “para além do capital” e da sociedade contemporânea.

Essa confusão entre os termos autogestão e cooperativa pode ser observada também em Paul Singer. Num texto recente, pode-se perceber que a sua utilização dificulta a distinção entre os termos e, por isso, entre as práticas que lhes consubstanciam:

“A economia solidária compõe-se das empresas que efetivamente praticam os princípios do cooperativismo, ou seja, a autogestão. Ela faz parte, portanto, da economia cooperativa ou social, sem no entanto confundir-se com as cooperativas que empregam assalariados. Na realidade, a grande maioria das empresas apresenta graus variados de autogestão, não apenas de cooperativa para cooperativa, mas para a mesma cooperativa em diferentes momentos.”⁽⁷³⁾

Vê-se que a economia solidária é neste exemplo identificada com o cooperativismo e, num mesmo processo, com a autogestão. Ou trata-se de um mesmo campo de práticas, o que dispensaria a atribuição de múltiplas terminologias, ou está-se referindo à coisas distintas. Embora Singer diferencie a economia solidária do cooperativismo tradicional que assalaria mão-de-obra, transforma ao mesmo tempo a autogestão num atributo ou característica das cooperativas.

Sendo assim, parece-nos ser necessário apresentar, ainda que nas suas linhas muito gerais, o que entendemos por autogestão, ou o campo de práticas que dá sentido à esta expressão. A preocupação em não perder de vista o sentido histórico do conceito de autogestão, ou melhor, o sentido que esta prática assume na experiência histórica do movimento operário⁽⁷⁴⁾, é a que nos move nesse momento. Não se trata, obviamente, de uma tentativa de preservar o que seria a *pureza* do conceito, independente dos contextos em que emerge e dos objetivos que apresenta. Longe disso, busca-se apenas reafirmar o que parece ser o seu bem mais precioso: o seu conteúdo utópico e o seu potencial anti-capitalista.

Lembramos, em primeiro lugar, que a origem do termo autogestão é relativamente recente, surgindo na França durante a década de 60 para designar o regime político-

⁷³ - SINGER, Paul. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In.: **Produzir para viver...** Op., cit., pp.83-86.

⁷⁴ - Aqui, a história do movimento operário é entendida, conforme Castoriadis, como “a história da atividade dos homens que pertencem a uma categoria socio-econômica criada pelo capitalismo (...), através da qual essa categoria se transforma: se faz (e se diz e se pensa como) ‘classe’, num sentido novo dessa palavra – constitui-se efetivamente numa ‘classe’ cuja história não oferece nenhuma analogia próxima ou distante. Transforma-se transformando a passividade, a fragmentação, a concorrência (que o capitalismo visa e tende a lhe impor), em atividade, solidariedade, coletivização que inverte a significação da coletivização capitalista do trabalho. Ela inventa em sua vida cotidiana nas fábricas e fora delas, defesas sempre renovadas contra a exploração; engendra princípios estranhos e hostis ao capitalismo; cria formas de organização e de luta originais.” CASTORIADIS, Cornelius. **A experiência do movimento operário.** São Paulo: Brasiliense, 1985. p.72.

econômico da Iugoslávia de Tito. A partir de então, esse vocábulo passa a ser empregado e debatido por diversos atores e espaços sociais, como sindicatos, partidos políticos e, após Maio de 68, é utilizado correntemente também pela imprensa. Segundo Guillerme & Bourdet, autores de um livro clássico de divulgação do tema, o uso generalizado do termo autogestão resultou na criação de uma espécie de "saco de gatos" em torno de seu significado.⁽⁷⁵⁾

Podemos estabelecer, inicialmente, que a autogestão ultrapassa historicamente as experiências do pós-guerra, uma vez que esteve sempre presente, no horizonte da luta de classes, naqueles conflitos em que os trabalhadores rompem com a disciplina e a fragmentação impostos pelo capital, estabelecem relações sociais de tipo novo e criam instituições originais, autônomas e antagônicas a esse modo de produção. Quando a questão da ruptura com a ordem instituída coloca-se na ordem do dia, a separação entre dirigentes e dirigidos é eliminada, suprimindo-se ao mesmo tempo os intermediários políticos. O fortalecimento da identidade coletiva faz com que seus membros, reunidos nos organismos coletivos, identifiquem-se pelos interesses comuns e pela solidariedade recíproca, rompendo com o individualismo e a hierarquia. A criação espontânea substitui a subordinação passiva.

Os momentos de ruptura carregam no ventre a necessidade de reorganização da sociedade e do poder, a resignificação do espaço da cidade e a produção das condições de existência de forma igualitária e coletiva. Neste instante, quando defrontam-se com a necessidade de reorganizar a produção e a vida social, os trabalhadores utilizam-se das mãos e da inteligência para a criação das suas próprias formas de organização (conselhos, comitês de fábrica, etc.), em completo antagonismo com as formas hierárquicas capitalistas.

Nessa perspectiva, a autogestão pode ser compreendida como uma tendência histórica do movimento operário, um fenômeno que emerge nos momentos em que o acirramento agudo da luta de classes projeta a autonomia operária no domínio econômico, político e social. Assim o foi na Comuna de Paris de 1871, na Revolução Russa de 1917, na Revolução Alemã de 1918/19, na Guerra Civil Espanhola de 1936/39, na Revolução Húngara de 1956, na Revolução dos Cravos de 1974 em Portugal, no Movimento de Maio de 1968 na Europa, nas greves do final da década de 70 em São Paulo, na Argentina entre 2000-2001, etc.

Quando a autonomia operária projeta-se simultaneamente nos planos econômico e político, quando coloca-se em prática a democracia operária, as relações que os trabalhadores estabelecem entre si no processo de luta passam a reorientar a organização do processo de trabalho e instituir práticas autogestionárias. Quando ocorre, *"essa ação direta unifica o poder de decisão e execução, elimina a divisão entre trabalho manual e*

⁷⁵. GUILLERME, Alain & BOURDET, Yvon. **Autogestão: uma mudança radical**. Rio de Janeiro: Zahar, 1984. p.09.

intelectual, abole a separação entre dirigentes e dirigidos, e extingue a representação por delegação de poder.”⁽⁷⁶⁾

No século passado, a autogestão das lutas operárias ganha a forma de associações operárias. Marx vê nas associações o prenúncio da transformação do sistema capitalista. Estas formas associativas de produção, ao substituírem a competição entre os trabalhadores pela solidariedade, a fragmentação pelo coletivismo, revelam um processo de auto-organização tomado como meio e fim. A autogestão dos processos de luta é condição para a autogestão da produção e da vida social.

Com a tendência do capitalismo à internacionalização, a organização dos trabalhadores deve ter como perspectiva o plano internacional. Daí a fundação da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), em 1864, por trabalhadores de vários países, especialmente na Inglaterra e França.⁽⁷⁷⁾ Na França, os operários parisienses desenvolvem nesse período um amplo processo associativo que irá culminar nas realizações da Comuna em 1871.

Apontada por Engels como a realização prática da ditadura do proletariado⁽⁷⁸⁾, a Comuna substitui o exército permanente por uma Guarda Nacional formada por operários e dirigida por um Comitê Central eleito por todos os seus efetivos; institui conselheiros municipais eleitos por sufrágio universal, podendo ser substituídos a qualquer momento; faz com que todos os funcionários públicos recebam salários de operários e possam ser demitidos a qualquer momento; opera a separação entre a Igreja e o Estado, expropriando todas as Igrejas como instituições possuidoras; abre todas as instituições de ensino gratuitamente ao povo, emancipando-as ao mesmo tempo de toda intromissão da Igreja e do Estado; torna os magistrados e os juizes funcionários eleitos, removíveis a qualquer momento e; entrega todas as oficinas e fábricas fechadas às organizações operárias. Quanto à organização do trabalho, o estudo de Claudio Nascimento sobre o Programa da Comuna registra que

“...houve uma demolição, pedaço por pedaço, de toda a organização capitalista do trabalho: as fabricas da comuna foram exemplo de democracia proletária. Os operários nomeavam os seus diretores, chefes de equipe, etc. Tinham o direito de revogá-los, eles mesmos decidiam os salários, horários e condições de trabalho; um comitê de fábrica se reunia todos os dias para programar o trabalho. Um verdadeiro autogoverno dos trabalhadores.”⁽⁷⁹⁾

Para Marx, a Comuna "era, essencialmente, um governo de classe operária, fruto da luta de classe produtora contra a classe apropriadora, a forma política afinal descoberta para

⁷⁶ - BRUNO, Lúcia. **O que é autonomia operária**. São Paulo: Brasiliense, 1990. p.8.

⁷⁷ - TRAGTENBERG, M. **Reflexões sobre...** op., cit., pp.19-24. Ver também Kriegel, Annie. **Las internacionales obreras**. Barcelona: Martines Roca, 1968.

⁷⁸ - ENGELS, Friedrich. Introdução. In.: MARX, Karl. **A guerra civil na França**. São Paulo: Global, 1986.

⁷⁹ - NASCIMENTO, Claudio. O Programa da Comuna. In.: **A Comuna de Paris: História e atualidades**. São Paulo: Ícone, 20002.

levar a cabo a emancipação econômica do trabalho."⁽⁸⁰⁾ Ao substituir o governo centralizado pelo "autogoverno dos produtores", a Comuna mostra a unidade entre luta econômica e luta política, na medida em que "a dominação política dos produtores é incompatível com a perpetuação de sua escravização social."⁽⁸¹⁾

A forma política nova que apresenta a Comuna, esse conteúdo que assume na prática o autogoverno dos produtores, encontrava-se em gestação durante o longo processo de reorganização e associação da classe operária francesa. A comuna apenas revelou-a. Esse processo associativo preparou as condições para que os trabalhadores transformassem os laços de solidariedade em forma coletivas de organização e ação política. As associações de todo tipo (jornais, cozinhas comunitárias, associações e federações operárias, etc.) eram ao mesmo tempo escola política, preparando os trabalhadores para a gestão da vida social. Para Eugéne Varlin, um dos membros mais ativos da AIT Francesa e da Comuna e Paris,

"...as sociedades obreiras sob a forma que existem atualmente, possuem essa imensa vantagem de habituar os homens à vida em sociedade, e à preparar-lhes também para uma organização social mais ampla. Se habituem não somente a colocarem-se de acordo e a entenderem-se, mas também a ocuparem-se de seus assuntos, a organizarem-se, a discutir, a raciocinar sobre seus interesses morais e materiais, e sempre do ponto de vista coletivo, já que seu interesse pessoal, individual e direto, desaparece desde que façam parte de uma coletividade."⁽⁸²⁾

Essa parece ser a aspiração profunda da autogestão. O desenvolvimento de formas associativas em larga escala, ao estender as relações coletivas e igualitárias nos espaços cada vez mais ampliados, rompe com o isolamento e a fragmentação de classe, abole a hierarquia e a disciplina que fundam as relações de exploração e dominação. Esse caráter pedagógico profundo da auto-organização nos coloca diante o problema da auto-emancipação.

Não se trata, portanto, apenas de trocar uns gestores por outros, de operar com formas gerenciais mais ou menos democráticas, de transformar a propriedade privada pela estatal. A autogestão só tem sentido se alterar o sentido do próprio trabalho, se transformá-lo numa atividade entre outras, se torná-la tão importante quanto participação política nos assuntos do bairro e da cidade. Como disse Marx acima, luta econômica e luta política estão unificadas, pois a dominação política dos trabalhadores pressupõe o fim da sua escravização social. É nesse sentido que a emancipação dos trabalhadores deve ser obra dos próprios.

Nesse processo de auto-organização os trabalhadores criam novas instituições, antagônicas às instituições do capital. Foi o que sucedeu nas Revoluções Russas de 1905 e

⁸⁰ - Marx, Karl. **A guerra...** Op., Cit., pp.75-76. [os grids são nossos]

⁸¹ - Id., Ibid., p.76. "A comuna devia servir de alavanca para extirpar os fundamentos econômicos sobre os quais se apóia a existência das classes e, por conseguinte, a dominação de classe. Uma vez emancipado o trabalho, todo homem se converte em trabalhador, e o trabalho produtivo deixa de ser um atributo de classe."

⁸² - Varlin, Eugéne. **Practica militante y escritos de un obrero comunero.** Madri: Zero, 1977. pp. 87-90.

1917, por exemplo, quando os trabalhadores russos criam no processo de luta os *soviets*. Trata-se de uma instituição fundada na democracia direta, na elegibilidade e revogabilidade dos delegados pela assembleia geral. ⁽⁸³⁾ Os conselhos operários, *soviets*, comitês de greve, comissões de fábrica etc., são instituições criadas de forma autônoma e original pelos trabalhadores, visando o controle e a gestão da produção e de toda a vida social.

Foi o que sucedeu, por exemplo, na Guerra Civil Espanhola de 1936 a 1939, onde o processo de autogestão desenvolvido no campo e na cidade é integrado por um planejamento de baixo para cima na área não dominada por Franco.⁽⁸⁴⁾ Do mesmo modo, após o 25 de abril de 1974, os trabalhadores portugueses ocupam as fábricas abandonadas pelos capitalistas e passam a reorganizar a produção de forma autogestonária. Durante esse processo, as empresas onde os trabalhadores praticam a autogestão realizam entre si a troca de produtos, criando um mercado de solidariedade.⁽⁸⁵⁾

A autogestão significa, em suma, essa capacidade demonstrada pelos trabalhadores de associarem-se e desenvolverem formas coletivas de gestão das suas lutas. Experimentam transformar a fragmentação, o isolamento e o individualismo em novas relações sociais fundadas na solidariedade e união de classe. Essas novas relações eliminam a separação entre dirigentes e dirigidos, entre trabalho manual e intelectual, passando os produtores a exercerem o controle e a gestão sobre o processo de produção.

O desafio da autogestão é romper o isolamento, formando novas redes de intercâmbio para a produção material, colocando em causa o mercado concorrencial capitalista. O problema da transição para um novo modo de produção torna-se assim a criação das condições sociais que permitem o desenvolvimento das relações coletivas e igualitárias para outras esferas da vida social, dando azo ao surgimento de um novo mercado fundado na solidariedade, uma nova tecnologia e a reorganização do processo técnico, um novo modelo de consumo, para outros tipos de produtos e princípios próprios de produtividade. A este processo João Bernardo chamou “lei do institucional”, referindo-se, grosso modo, aos momentos em que os trabalhadores se revelam capazes de inverter as contradições resultantes da lei do valor, lei fundamental do modo de produção capitalista. A inversão das contradições significa o controle cada vez mais vasto e direto dos assuntos

⁸³ - Ver PANNEKOEK, Anton. Conselhos operários. In: Pannekoek, A., Salvadori, M., Magri, L., e Gerratana, V. **Conselhos Operários**. Coimbra: Centelha, 1975. ADLER, Max. **Conselhos operários e revolução**. Coimbra: Centelha, 1976. GUÉRIN, Daniel. El anarquismo en la revolución rusa. In.: Guérin, D. **El anarquismo**. Buenos Aires: Altamira; Montevideo: Nordan-Comunidad, 1992.

⁸⁴ - Ver: SANTILLÁN, Diego Abad. **Organismo econômico da revolução**: a autogestão na revolução espanhola. São Paulo: Brasiliense, 1980. TRAGTENBERG, Maurício. Uma prática de participação: as coletivizações na Espanha (1936/1939). In.: **Participação e Participações**: ensaios sobre autogestão. Fernando C. Prestes Motta [et.al.]; São Paulo: Babel Cultural, 1987. pp.21-60.

⁸⁵ - Ver: MONTEIRO, Lúcia E. Bruno de Barros. **"O COMBATE"** pela autonomia operária. PUC. São Paulo: 1992. [Dissertação de mestrado em ciências sociais]. BERNARDO, João. A autonomia nas lutas operárias. In.: **Organização, trabalho e tecnologia**. Lúcia Bruno e Cleusa Saccardo (coordenadoras). São Paulo: Atlas, 1986. pp.103-114. E também, FERREIRA, José Maria Carvalho. **Portugal no contexto da "transição para o socialismo"**: história de um equívoco. Blumenau: Editora da FURB, 1997.

sociais pelos produtores, a gestão coletiva do processo de produção mediante a apropriação coletiva dos meios de produção. O desenvolvimento das novas relações sociais no domínio econômico e no conjunto da vida social significa a eliminação dos intermediários no plano econômico e dos intermediários políticos, onde a tomada do poder político é sinônimo da extinção do poder político.⁽⁸⁶⁾

Na fase atual de desenvolvimento das cooperativas de resistência e da economia solidária, momento de recessão mundial e descenso das lutas dos trabalhadores, a estratégia seguida por esse campo de práticas parece aproximar-se do que Mothé qualificou de “autogestão gota à gota”, contraposta à outra perspectiva que denomina “estratégia do tudo ou nada”, baseada esta numa espécie de racionalização do projeto autogestionário e idealização do funcionamento da democracia e da aspiração dos trabalhadores. A autogestão gota à gota é apresentada como um “meio terapêutico” no interior do capitalismo, a partir do desenvolvimento de múltiplas experimentações em campos diversos da vida social, tomadas como processos de aprendizagem coletiva que exigem por isso um tempo próprio para a sua efetivação.⁽⁸⁷⁾

Apenas a emergência de um novo ciclo de lutas, nas condições atuais do capitalismo, poderá nos dizer se o surgimento e ampliação desse novo campo de práticas formado pelas cooperativas de produção tende à inversão das contradições do processo de produção do capital ou se se projeta apenas como um modo de desenvolvimento distinto no interior do modo de produção capitalista. Em suma, se são embriões de um modo de produção futuro ou mutações do trabalho e do capital.

Algumas considerações finais

O fenômeno recente de recuperação de empresas falidas, pela abrangência que vem assumindo, tem possibilitado, entre outras coisas, a revitalização do debate em torno do tema da autogestão, do cooperativismo e do socialismo. Malgrados todos os desvios e degenerações, não resta dúvida de que a própria existência de um conjunto considerável (fala-se, por alto, em 450 experiências) de empresas recuperadas no Brasil é por si só uma conquista que deve ser preservada e acompanhada muito de perto pelos trabalhadores. Num país em que os liberais nunca liberaram nem os anéis nem os dedos, sempre prontos para os golpes de caserna, em que as conquistas democráticas vieram quase sempre através de arranjos realizados por cima, a ocupação e posse de empresas como a Usina Catende, CBCA, Conforja, Botões Diamantina, Cipla, Interfibras etc., pelos trabalhadores, não podem ser desprezados.

⁸⁶ - BERNARDO, João. **Para uma teoria do modo de produção comunista**. Porto: Afrontamento, 1975. p.87-101.

⁸⁷ - MOTHÉ, D. **L'autogestion...** Op., cit. pp.182-187.

Talvez trate-se de uma fase de reorganização do capitalismo em que são atingidas as empresas de propriedade familiar (situação da quase totalidade dos casos), que se tornam deficitárias devido ao “custo patrão”, como denominam os argentinos o percentual da mais-valia que era necessária para sustentar os sabores aristocratas da sua burguesia industrial. Lá como cá, esses patrões e suas familiares viram-se acuados pela concorrência e sem a proteção do Estado, no que resolveram encerrar as fábricas e tornarem-se rentistas. Pagar as indenizações dos trabalhadores é que não queriam. Então os trabalhadores ficaram com as empresas industriais e de serviços e continuaram a produzir, conseguindo em muitos casos pagar os salários e manter os postos de trabalho. Contradições, ambigüidades, constituição de uma nova casta gerencial, horas-extras não remuneradas.. sem dúvida. Mas é impossível ficar indiferente após entrar numa fábrica como a antiga Botões Diamantina, hoje Cooperbotões, na cintura industrial de Curitiba/PR, e ver que os trabalhadores do chão-da-fábrica correram como os patrões, com os gestores, com a maioria dos funcionários e passaram eles próprios a encarregarem-se dos seus assuntos. Na sala de reuniões, uma bandeira da CUT. O presidente da cooperativa continua trabalhando na produção. Ou no caso da Cipla, que a sala de formação recebeu o nome de Sala Ferreirinha, antigo militante metalúrgico nascido na região. Então pode-se acreditar nas possibilidades que se abrem nas empresas recuperadas.

Formas híbridas de realização dos processos econômicos, as cooperativas de resistência e o desenvolvimento do campo da economia solidária colocam o problema de verificar em que medida podem constituir os fundamentos de um novo modo de produção e efetivarem seu potencial anticapitalista, ou se seu destino é serem assimilados e reproduzirem o capital e o capitalismo sob novas bases.

BIBLIOGRAFIA REFERIDA

- ADLER, Max. **Conselhos operários e revolução**. Coimbra: Centelha, 1976.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** : ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortês; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1997.
- Autogestão e Cooperativismo. A formação e os desafios da CUT. Caderno 4. **CUT**. Secretaria de Formação e Secretaria de Política Sindical. São Paulo. 1996.
- ARVON, Henri. **L'autogestion: que sais je?** Paris: Presses Universitaires de France, 1980.
- BERNARDO, João. A autonomia das lutas operárias. In.: **Organização, trabalho e tecnologia**. Lúcia Bruno e Cleusa Saccardo (coordenadoras). São Paulo: Atlas, 1986.
- _____, _____. **Capital, sindicatos e gestores**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1987.
- _____, _____. **Crise da economia soviética**. Coimbra: Fora do texto, 1990.
- _____, _____. Crise dos trabalhadores ou crise do sindicalismo? In.: **Crítica Marxista** : v.1, tomo 4. São Paulo: Xamã, 1997. pp.123-139.
- _____, _____. **Economia dos conflitos sociais**. São Paulo: Cortês, 1991.
- _____, _____. **Para uma teoria do modo de produção comunista**. Porto: Afrontamento, 1975.
- BOITO JR, Armando. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1999.
- BOOKCHIN, Murray. Autogestão e tecnologias alternativas. In.: M. Bookchin. **Textos dispersos**. Lisboa: Socius, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. O neoliberalismo, utopia (em vias de realização) de uma exploração sem limites. In.: Pierre Bourdieu. **Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.
- _____, _____. Una utopía razonada: contra o fatalismo econômico. **New Left Review**, janeiro 2000, nº 0, pp.156-162.
- BRUNO, Lúcia. **O que é autonomia operária**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- CADERNOS AEL: sociedades operárias e mutualismo**. Campinas: UNICAMP/IFCH, v.6, n.10/11, 1999.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v.1). São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CASTORIADIS, Cornelius. **A experiência do movimento operário**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- _____, _____. **Socialismo ou Barbárie: o conteúdo do socialismo**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- CLARO, Mauro. **UNILABOR: desenho industrial, arte moderna e autogestão operária**. São Paulo: Editora Senac de SP, 2004.
- CORÁGIO, José L. Problematizando a economia solidária e a globalização alternativa. Intervenção no Encontro de Economia Solidária do Quebec/2001. [mimeo.]
- COUTROT, Thomas. Brésil: le boom de l'économie solidaire. www.portoalegre2002.org. Página do Fórum Social Mundial.
- Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia**. Gabriel Kraychete, Francisco Iara, Beatriz Costa (organizadores). Petrópolis, RJ: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: CESE: UCSAL, 2000.
- Economia Solidária e Democracia. ANTEAG. In.: Alternativa Concreta de Radicalização da Democracia, Desenvolvimento Humano, Solidário e Sustentável. Caderno de Textos do GT Economia Popular Solidária. **1º Fórum Social Mundial**. Porto Alegre, 2002. pp. 18-20.

- ESTEVES, Egeu G. Sócio, trabalhador, pessoa: negociações de entendimentos na construção cotidiana da autogestão de uma cooperativa industrial. (Dissertação de Mestrado em Psicologia Social). São Paulo: **USP**, 2004.
- ENGELS, Friedrich. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. Lisboa: Editorial Estampa, 1978.
- _____, _____. Introdução. In.: Marx, Karl. **A guerra civil na França**. São Paulo: Global, 1986.
- FANTIN, Márcia. Os significados da experiência de gestão de uma mina pelos trabalhadores em Criciúma/SC nas malhas das relações de poder. Florianópolis: UFSC, 1992. [Dissertação de Mestrado em Antropologia Social]
- FARIA, Maurício Sardá de. "...se a coisa é por aí, que autogestão é essa?" Um estudo da experiência "autogestionária" dos trabalhadores da Makerli Calçados. Florianópolis, **UFSC**, 1997. [Dissertação de Mestrado em Administração; Área de concentração Organização e Gestão].
- FERREIRA, José Maria Carvalho. **Portugal no contexto da "transição para o socialismo"**: história de um equívoco. Blumenau: Editora da FURB, 1997.
- GOULART, Serge. Estatização versus cooperativa: a luta para salvar 1070 empregos. [mimeo] Serge Goulart, membro do Conselho Unificado dos Trabalhadores da Cipla/Interfibra/Flasko. s/d.
- GUESLIN, André. **L'Invention de l'économie sociale: le XIXe siècle français**. Paris: E. Économica, 1987.
- GUILLERM, Alain & BOURDET, Yvon. **Autogestão: uma mudança radical**. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.
- HARDMAN, Francisco Foot & LEONARDI, Victor. **História da indústria e do trabalho no Brasil: das origens aos anos 20**. São Paulo: Global Ed., 1982.
- HARDMAN, Francisco Foot. **Nem pátria, nem patrão! Vida operária e cultura anarquista no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- HILLERSTEIN, M. Autogestão: a experiência das organizações autogestionárias do setor cristaleiro de Blumenau e Indaial. (Dissertação de Mestrado em Sociologia Política). Florianópolis: **UFSC**, 2002.
- LEME, Dulce Maria Pompêu de Camargo. **Trabalhadores ferroviários em greve**. Campinas: Editora da Unicamp, 1986. (Série Teses).
- LIMA, Mariangel Alves de & VARGAS, Maria Thereza. Teatro operário em São Paulo. In.: PRADO, Antonio A. **Libertários no Brasil: memória, lutas, cultura..** Antonio Prado [org.] São Paulo: Brasiliense, 1986.
- LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma Social ou Revolução?** São Paulo: Global, 1986.
- MANDEL, Ernest. **Controle obrero, consejos obreros, autogestión**. [Antologia]. México: Ediciones Era, 1977.
- MARTINS, Luci Helena. Reflexões sobre um acontecimento social na área fabril. A experiência autogestionária da Makerli. Franca/SP, UNESP, 1998. [Tese de Mestrado em Serviço Social]
- MARX, Karl. **A guerra civil em França**. São Paulo: Global, 1986.
- _____, _____. **O capital: crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- _____, _____. **Capítulo IV inédito de O Capital: resultados do processo de produção imediata**. São Paulo: Moraes, s/d.
- MEISTER, Albert. Quelques aspects historiques de l'associationnisme en France. In.: Albert Meister. **Vers une sociologie des associations**. Paris: Les Editions Ouvrières, 1972. pp.49-108.
- MONTEIRO, Lúcia E. Bruno de Barros. **"O COMBATE" pela autonomia operária**. PUC. São Paulo: 1992. [Dissertação de mestrado em ciências sociais].
- MOTHÉ, Daniel. **L'autogestion goutte à goutte**. Paris, Éditions du Centurion, 1980.
- NASCIMENTO, Claudio. **As Lutas Operárias Autônomas e Autogestionárias**. Rio de Janeiro: Cedac, 1986.

- _____, _____. Autogestão e economia solidária. In.: Democracia e autogestão. **Temporaes**. São Paulo: Humanitas/ FFLCH/ USP, 1992. pp. 97-145.
- _____, _____. O Programa da Comuna. In.: **A Comuna de Paris**: História e atualidades. São Paulo: Ícone, 2002.
- _____, _____. Do “Beco dos Sapos” aos canaviais de Catende. (Os “ciclos longos” das lutas autogestiniárias). Brasília, Senaes, abril de 2005. [mimeo.].
- NASCIMENTO, Janaína Quitério. **Fábrica quebrada é fábrica ocupada; Fábrica ocupada é fábrica estatizada**: a luta dos trabalhadores da Cipla e Interfibra para salvar 1000 empregos. Março de 2004.
- ODA, Nilson T. Gestão e trabalho em cooperativas de produção: dilemas e alternativas à participação. (Dissertação de Mestrado). São Paulo: **Escola Politécnica da USP**, 2001.
- OITICICA, José. **A doutrina anarquista ao alcance de todos**. Lisboa: A Batalha, 1976.
- PANNEKOEK, Anton. Conselhos operários. In: Pannekoek, A., Salvadori, M., Magri, L., e Gerratana, V. **Conselhos Operários**. Coimbra: Centelha, 1975.
- PARRA, Henrique Z. Liberdade e necessidade: empresas de trabalhadores autogeridas e a construção sócio-política da economia. (Dissertação de Mestrado). São Paulo: **USP**, 2002.
- PEDREIRA F^o., Valdemar dos Santos. **Comissões de fábrica**: um claro enigma. São Paulo: Entrelinhas/Cooperativa Cultural da UFRN, 1997.
- Plano de gestão de sustentabilidade autogestionária para a Usina Catende – Projeto Harmonia. **Anteag**. 2005.
- POCHMANN, Márcio. **O trabalho sobre fogo cruzado**: exclusão, desemprego e precarização no final do século. São Paulo: Contexto, 1999.
- Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Boaventura de Souza Santos [org.] Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. (Reinventar a emancipação social: para novos manifestos; 2).
- QUIJANO, Anibal. Sistemas Alternativos de Produção? In.: **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Boaventura de Souza Santos [org.] Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. (Reinventar a emancipação social: para novos manifestos; 2).
- RAZETO MIGLIARO, Luiz. **Economia popular de solidaridad**: identidade e projeto en una visión integradora. Santiago/Chile: Área Pastoral Social da Conferência Episcopal de Chile, 1986.
- RÉBON, Julian. **Desobedeciendo al desempleo**: la experiencia de las empresas recuperadas. Buenos Aires: Ediciones P.ICA.SO / La Rosa Blindada, 2004.
- SANTILLÁN, Diego Abad. **Organismo econômico da revolução**: a autogestão na revolução espanhola. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- SILVA, Lorena Holzmann da. Operários sem patrões: estudo da gestão das Cooperativas Wallig. São Paulo: USP, 1992. [Tese de Doutorado em Sociologia]
- SILVA, Tânia N. A participação dos cooperados na gestão de cooperativas de produção: uma análise da separação entre propriedade e controle. (Dissertação de Mestrado em Administração). São Paulo: **USP**, 1994.;
- SIMÃO, Azis. **Sindicato e Estado**: suas relações na formação do proletariado de São Paulo. São Paulo: Dominus Editora, 1966.
- Sindicalismo e Economia Solidária. Reflexões sobre o projeto da CUT. Publicação do GT Nacional Economia Solidária. **CUT**. Dezembro de 1999.
- Sindicalismo e cooperativismo**: a economia solidária em debate: transformações no mundo do trabalho. Gonçalo Giumarães [org.] Rio de Janeiro, Unitrabalho, s/d.
- SINGER, Paul. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In. **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Boaventura de Souza Santos [org.] Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. (Reinventar a emancipação social: para novos manifestos; 2).
- _____, _____. Economia Solidária: um modo de produção e distribuição. In.: **A economia solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. Paul Singer e André Ricardo de Souza (organizadores). São Paulo: Contexto, 2000.

- _____, _____. **Globalização e desemprego:** diagnóstico e alternativas. São Paulo: Contexto, 1999.
- _____, _____. **Introdução à Economia Solidária.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.
- _____, _____. **Uma utopia militante:** repensando o socialismo, Petrópolis: Vozes, 1998.
- _____, _____. A cooperativa é uma empresa socialista. In: **Sindicalismo e cooperativismo:** a economia solidária em debate. Rio de Janeiro: Unitrabalho, s/d.
- _____, _____. Desemprego: uma solução não-capitalista. In.: **Teoria e Debate.** Fundação Perseu Abramo, do Partido dos Trabalhadores. N. 32, jul/ago/set 96.
- SINGER, Paul & MACHADO, João. Economia Socialista. São Paulo: Fundação Perseu Abramo: 2000.
- Sin Patrón:** fábricas y empresas recuperadas por sus trabajadores: una historia, una guía. Buenos Aires: Lavaca, 2004.
- KRIEGL, Annie. **Las internacionales obreras.** Barcelona: Martines Roca, 1968.
- TIRIBA, Lia Vargas [et.alli.] Autogestão e chão-de-fábrica: um ensaio inspirado nos trabalhadores da Remington. Rio de Janeiro: UFF, 1994.
- TRAGTENBERG, Maurício. **Administração, poder e ideologia.** São Paulo: Moraes, 1980.
- _____, _____. **Reflexões sobre socialismo.** São Paulo: Moderna, 1986.
- _____, _____. Uma prática de participação: as coletivizações na Espanha (1936/1939). In.: **Participação e Participações:** ensaios sobre autogestão. Fernando C. Prestes Motta [et.al.]; São Paulo: Babel Cultural, 1987. pp.21-60.
- VARLIN, Eugéne. **Practica militante y escritos de un obrero comunero.** Madri: Zero, 1977.
- VIRIEU, François-Henri de. **Processo LIP:** 100.000 relógios sem patrão. Lisboa: Assírio & Alvim, 1973.
- WALLERSTEIN, Immanuel. Possibilidades Globais, 1990-2025. In.: **Praga.** Estudos Marxistas, 5. São Paulo: Hucitec, maio 1998. pp. 17-23.
- WERNER, Helena Pignatari. **Raízes do movimento operário em Osasco.** São Paulo: Cortez, 1981.